

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**ASSOCIATIVISMO COMO FORMA DE PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA: ESTUDO DE CASO DE TRÊS ASSOCIAÇÕES
NO ESPÍRITO SANTO**

ANSELMO HUDSON SIQUEIRA NASCIMENTO

**VILA VELHA
AGOSTO/2016**

**UNIVERSIDADE DE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**ASSOCIATIVISMO COMO FORMA DE PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA: ESTUDO DE CASO DE TRÊS ASSOCIAÇÕES
NO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada à
Universidade Vila Velha, como
pré-requisito do Programa de
Pós-graduação em Sociologia
Política, para obtenção do grau
de Mestre em Sociologia
Política.

ANSELMO HUDSON SIQUEIRA NASCIMENTO

**VILA VELHA
AGOSTO/2016**

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

N244a Nascimento, Anselmo Hudson Siqueira.
Associativismo como forma de participação política: estudo de caso de três associações no Espírito Santo. / Anselmo Hudson Siqueira Nascimento. – 2016.
128 f.: il.

Orientador: Riberti de Almeida Felisbino.
Dissertação (mestrado em Sociologia Política) -
Universidade Vila Velha, 2016.
Inclui bibliografias.

1. Sociologia Política. 2. Democracia. 3. Participação política . I. Felisbino, Riberti de Almeida. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 306.2

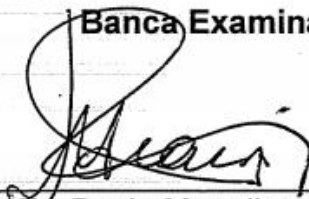
ANSELMO HUDSON SIQUEIRA NASCIMENTO

**Associativismo como forma de participação política:
estudo de caso de três associações no Espírito Santo**

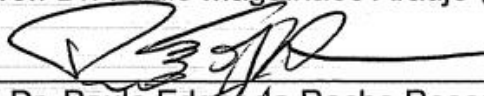
Dissertação apresentada à Banca do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade de Vila Velha, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Aprovada em 08 de agosto de 2016.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Paulo Magalhães Araújo (UFES)



Prof. Dr. Paulo Edgar da Rocha Resende (UUV)



Prof. Dr. Riberti Almeida Felisbino (UUV)

Orientador

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Riberti de Almeida Felisbino pelo rigor acadêmico, pela parceria e pela paciência. Aos examinadores da banca de qualificação, o Prof. Dr. Paulo Magalhães e o Prof. Dr. Paulo Resende, todos os acertos desta dissertação são méritos de vocês três, sem exceção.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, saibam que cada segundo em sala de aula foi precioso para a minha formação. Peço desculpas pela minha correria e pela ansiedade em debater os temas.

Aos meus amigos, aos meus pais e meus irmãos, por me apoiarem em mais essa conquista. “Ninguém é bom sozinho”. A vitória é sempre coletiva.

O meu agradecimento especial à Drielidi Destefani, pessoa que mais cedeu e se dedicou para que esse meu sonho se tornasse realidade.

Marina, desde o dia 27 de setembro de 2004 que tudo que faço é para os seus netos.

RESUMO

NASCIMENTO, Anselmo Hudson Siqueira, Universidade Vila Velha - ES, agosto de 2016. **Associativismo como forma de participação política: estudo de caso de três associações no Espírito Santo.** Orientador: Riberti de Almeida Felisbino.

A presente pesquisa tem como objetivo investigar o associativismo enquanto instrumento de participação política dentro do regime político vigente no Brasil, especialmente no pós Constituição de 1988, entendendo o associativismo como a possibilidade de grupos de pessoas defenderem interesses específicos junto ao poder político institucional. Para tanto, se realizou um levantamento de informações sobre o associativismo numa perspectiva nacional e local, assim como foram estudadas 03 associações locais com o objetivo de entender as suas distintas ações diante do poder político. O referencial teórico considerou a teoria democrática que discute as formas de participação política, a teoria que trata do associativismo e o conceito de espaço e representação social. O associativismo se fortalece com a redemocratização do país, se multiplica sob a forma de demandas sociais e atua para combater os problemas de funcionamento dos poderes instituídos, em sintonia com a complexidade da sociedade atual.

Palavras-chave: Associação, Democracia; Participação; Representação.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Anselmo Hudson Siqueira, Vila Velha University - ES, August 2016. Associativism as a form of political participation: case study of three associations in Espírito Santo. Advisor: Riberti de Almeida Felisbino.

The present research aims to examine associativism as an instrument of political participation within the political regime now in force in Brazil, especially after the Constitution of 1988, understanding associativism as the possibility of groups of people to defend specific interests before the institutional political power. To this end, an information gathering regarding associativism in a local and national perspective has been done, alongside 03 local associations having been studied while aiming to understand their distinctive actions before political power. The theoretical framework has considered a democratic theory, which discusses the manners of political participation, the theory that handles associativism and the concept of space and social representation. Associativism strengthens itself with the country's redemocratization, multiplies itself under the shape of social demands and acts in order to combat the problems resulting from established powers, in line with the complexity of the current society.

Key-Words: Association; Democracy; Participation; Representation.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, FIGURAS E QUADROS

Tabela 1 – Percepção sobre a Liberdade de Participação Política	35
Tabela 2 – Percepção sobre a capacidade de representação política do legislativo	38
Tabela 3 – Percepções sobre a Democracia e seu funcionamento	40
Tabela 4 – Nível de satisfação com a Democracia	40
Tabela 5 – Nível de confiança nos partidos políticos	43
Tabela 6 – Nível de confiança nas Instituições	44
Tabela 7 -Nível de Participação Populacional	45
Tabela 8 – Associações por finalidade de atuação	66
Tabela 9 – Proporção de associações por pessoas, segundo classificação por Unidade da Federação	67
Tabela 10 – Subclassificação da categoria “Desenvolvimento e defesa”	69
Tabela 11 - Nº de associações da categoria “Desenvolvimento e defesa de direitos”,	71
Tabela 12 – Nº de associações da categoria “Desenvolvimento e defesa de direitos” no Espírito Santo	71
Tabela 13 – Pessoal ocupado por subclassificação e Estado, segundo o total de associações	72
Tabela 14 – Distribuição das Associações por Região da Federação	74
Tabela 15 – Comparativo entre associações ABONG e FASFIL	75
Tabela 16 – Nº de associados ABONG por área temática de atuação	76
Gráfico 1 - Com qual afirmação você concorda?	41
Gráfico 2 - No Brasil, qual é seu grau de satisfação com a democracia?	42
Gráfico 3 – Evolução no número de Associações no Brasil	64
Figura 1 – Comparativo entre o período histórico e o estágio da economia	53
Quadro 1 – A liberdade política no mundo	15
Quadro 2 – Áreas e ações da ABONG	78
Quadro 3 – Instituições alvo do estudo de caso	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira da Organizações Não Governamentais

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

DST – Doença Sexualmente Transmissível

ES – Espírito Santo

EUA – Estados Unidos da América

FASFIL- Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos

GIFE – Grupo de Institutos Fundações Empresariais

GLBT – Gays, Lésbicas, bissexuais e transgêneros

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NPSA – Núcleo de Pesquisa Social Aplicada

ONG – Organização Não-Governamental

PIB – Produto Interno Bruto

PT – Partido dos Trabalhadores

SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UVV – Universidade Vila Velha

Sumário

Introdução	11
Cap. 1 - Associativismo: dinamismo e heterogeneidade em suas ações	24
1.1 – O associativismo e suas perspectivas analíticas.....	24
1.2 – O associativismo como proposta de uma via democrática alternativa..	27
1.3 – O conceito de Democracia Deliberativa: a complementariedade com o conceito de associativismo	33
Cap. 2 – Democracia: a busca pela melhoria do regime político.....	35
2.1 - Democracia Representativa: a percepção da população com relação ao modelo político hegemônico.....	37
2.2 – A relação entre a igualdade econômica e a participação política	46
2.3 – A Participação política e a sua relação com a democracia.....	49
Cap. 3 - A complexidade do mundo contemporâneo na relação entre a sociedade civil e os poderes governamentais	53
3.1 – As características da participação política no Brasil numa perspectiva histórica.....	54
3.2 - A complexidade do mundo atual: um novo momento para a representação política	58
3.3 - O conceito de capital e espaço social	62
Cap. 4 – O Associativismo no Brasil pós Constituição de 1988, uma visão estrutural das associações	64
4.1 – Características do associativismo no Brasil	65
4.2 – ABONG: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais	74
Cap. 5 - Associativismo no Espírito Santo: espaço de participação política ...	82
5.1 - Movimento Empresarial ES em Ação	85
5.2 - Transparência Capixaba	96
5.3 – Movimento Quilombola: Sapê do Norte.....	106
5.4 - Análise das entrevistas individuais em profundidade	117
Considerações finais	121
Referências bibliográficas	128

Introdução

O presente estudo tem como objetivo investigar o associativismo enquanto instrumento de participação política dentro do regime político vigente no Brasil, especialmente no pós Constituição de 1988, entendendo o associativismo como a possibilidade de grupos defenderem interesses específicos ou evitar ameaças aos seus direitos garantidos.

As associações se inserem na perspectiva social que se convencionou chamar de terceiro setor e consistem em organizações privadas de interesse público (o primeiro setor é o aparato público e o segundo setor a iniciativa privada). O terceiro setor é composto por entidades não governamentais, que possuem gestão própria, são voluntárias, sem fins lucrativos e legalmente constituídas, ou seja, são pessoas jurídicas.

Desse ponto de vista jurídico, as associações são caracterizadas como fundações, associações, cooperativa de trabalho, sociedades (atividades comerciais ou empresarial com fins lucrativos), organizações religiosas e partidos políticos (são regidas por legislação própria), mas apenas as associações e fundações representam o terceiro setor. Sendo assim, todos os termos utilizados (instituto, ONG, organização, etc.) referem-se sempre a uma associação ou fundação.

Para efeito de comparação com as organizações internacionais, as associações no Brasil são caracterizadas através de 05 critérios:

(a) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado; (b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins; (c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas; (d) auto administradas ou capazes de

gerenciar suas próprias atividades; e (e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores. (IBGE 2010, Conceituação p. 14)

Numa perspectiva macro, a Constituição de 1988 fala de igualdade de todos perante a lei, porém o quadro social e econômico das famílias no Brasil é desigual. Quando a igualdade econômica não está presente, dificilmente haverá igualdade jurídica e política nas disputas pelos respectivos interesses em sociedade. Jean-Jacques Rousseau afirma que quanto maior a igualdade econômica entre as pessoas, maiores são as chances de também existir igualdade na defesa pelos respectivos interesses políticos.

É possível identificar um conjunto de iniciativas originadas na sociedade civil no Brasil, sem vínculo partidário ou institucional, no qual um grupo ou grupos de pessoas se reúnem para defender interesses específicos. É este tipo de associação que esta dissertação pretende identificar e analisar, procurando contribuir para o debate sobre em que medida este tipo de instrumento social se constitui em formas de participação que possam contribuir para o regime político dominante.

Do ponto de vista teórico, as características desta participação e da representação política serão analisadas à luz das teorias democráticas representativas e participacionistas. E nessa relação, percebe-se que a associação também é uma forma de participação. Porém, é possível também identificar que a associação é uma forma de participação mais ampliada, que ao mesmo tempo em que não rejeita a representação, abre espaços para ações e reivindicações autônomas com relação ao Estado. Por exemplo o movimento Quilombola Sapê do Norte, que luta pela legitimidade das terras dos negros de origem escrava; da associação Transparência Capixaba, que trabalha pela transparência pública e pelo fim da corrupção; e do movimento Es

em Ação, que atua para ajudar na manutenção de uma Governança Pública com planejamento¹.

Evelina Dagnino cita “uma nova face do processo de relação entre Estado e a Sociedade Civil”, caracterizada pelo aumento do associativismo e a emergência de movimentos sociais organizados (dentre outros fatores), se expressando através de “uma postura de negociação que aposta na possibilidade de uma atuação conjunta” (DAGNINO, 2002, p. 13).

Por outro lado, analisando o passado político recente do Brasil, a eleição de Tancredo Neves para Presidente da República (numa votação indireta realizada pelo Colégio Eleitoral da Câmara Federal) marcou o fim da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Nesse período de 30 anos de redemocratização do processo político (1985-2015) o Brasil passou por 16 pleitos eleitorais, elaborou uma nova Constituição Federal (1988) e escolheu 04 Presidentes da República pelo voto direto, incluindo nessa perspectiva a possibilidade de reeleição.

Esse breve relato da história política recente do Brasil torna-se necessário para se constatar que, passados 30 anos da reabertura política, não se discute mais a manutenção ou não da democracia enquanto regime político (MOISES, 2012), com as instituições garantindo a relação de força entre os poderes. Nesse sentido, a discussão atual ganha foco sobre a melhoria na qualidade do regime democrático, um dos temas mais estudados no mundo acadêmico contemporâneo.

Dentre as correntes que tratam da qualidade do regime democrático (GUGLIANO, 2013) existe um ponto consoante que merece destaque no meio de tantas divergências de opinião sobre o tema: a presença da liberdade de

¹Para mais informações sobre as ações específicas as associações pesquisadas ver Capítulo 5

livre associação (associativismo) como fator fundamental na determinação da qualidade da democracia. Ou seja, uma das condições para que um país seja considerado democrático é a possibilidade da população se reunir para reivindicar e defender seus interesses diante do poder político instituído.

Segundo esse autor, a qualidade da democracia é um dos mais controversos conceitos para a sociologia política, com problemas que vão desde a conceituação, passando por limitações na escolha dos critérios de caracterização (qualitativos) e de mensuração (quantitativos):

A existência de indicadores de qualidade de democracia é algo polêmico. Não são poucos aqueles que acentuam a parcialidade de grande parte desses sistemas classificatórios que, algumas vezes, reduzem a compreensão de o que é a democracia a critérios eleitorais ou institucionais. Há muitas críticas à metodologia dessas pesquisas, assim como desconfiança sobre a objetividade das mesmas frente à necessidade de avaliar especialmente governos abertamente de esquerda. (GUGLIANO P. 230)

Toda essa polêmica e complexidade na definição do conceito que traduza a qualidade democrática advém do fato de que não temos um único modelo democrático e sim vários modelos democráticos. O modelo democrático depende da constituição histórica do regime em cada país, assim como do arranjo institucional definido em cada regime político.

O modelo de qualidade democrática utilizado nessa dissertação será o concebido e mantido pela instituição denominada FreedomHouse (www.freedomhouse.org), organização que tem como objetivo disseminar a liberdade no mundo todo, onde realizou uma avaliação de 195 países em 2014. A principal crítica sofrida pelo modelo desenvolvido por essa instituição é a sua tendência liberalista, criando indicadores que valorize a liberdade individual e as práticas ideológicas norte-americanas.

Apesar dessa crítica, o modelo é abrangente o suficiente para comparar a qualidade democrática em 195 países, trabalhando conceitos como direitos políticos e liberdades civis. Os direitos políticos são agrupados em três

categorias: (a) processos eleitorais; (b) pluralismo político e participação; (c) funcionamento do governo. As liberdades civis são aglutinadas em quatro categorias: (a) liberdade de expressão e de crença; (b) liberdade de organização e associação; (c) Estado de direito; (d) autonomia pessoal e os direitos individuais. As informações são discutidas e defendidas em reuniões com a participação da equipe da *FreedomHouse* e consultores técnicos. As pontuações finais representam o consenso de analistas e consultores, e destinam-se a ser comparadas de ano para ano. O processo de classificação procura enfatizar a metodologia e a coerência intelectual.

Apesar de toda a limitação metodológica para definir os critérios que classificam a qualidade democrática de um país, o ranking criado pela *FreedomHouse* tem servido de referência para analisar a democracia em torno do mundo.

O quadro abaixo apresenta a classificação do Brasil:

Quadro 1 – A liberdade política no mundo

Países	Direitos Políticos	Liberdade civil	Classificação
Brasil	2	2	LIVRE
Argentina	2	2	LIVRE
Chile	1	1	LIVRE
México	3	3	Parcialmente LIVRE
EUA	1	1	LIVRE
Escala de análise: 1 (totalmente livre) ----- 7 (menos livre)			

Fonte: *FreedomHouse*. Elaboração do autor

Todo esse contexto explicativo sobre as características que definem a qualidade do regime democrático se faz necessário pela relação direta feita entre o associativismo e a melhoria na qualidade do regime citada pelo próprio Alfredo Gugliano. E um dos objetivos da parte empírica desta dissertação é encontrar nas práticas das associações pesquisadas ações que possam caracterizar melhorias na qualidade do regime político brasileiro, dentro das

áreas de atuação específica de cada instituição: em que medida as associações lutam por direitos políticos ou pelas liberdades individuais.

Por outro lado, a própria discussão sobre o conceito de democracia é uma discussão sobre o conteúdo e a forma de participação do cidadão diante das questões e decisões públicas. A primeira referência intelectual sobre o tema, tratado pelo filósofo Aristóteles na Grécia Antiga, já problematizava a questão da participação popular nas decisões políticas: chamando de *Politeia* o governo de muitos para o bem de todos; e de *democracia* o governo de muitos no interesse dos muitos. Aristóteles, inclusive, considerava a *Politeia* a forma mais eficaz de governar, ficando para a democracia a caracterização de um modelo de regime de poder descompromissado com as virtudes necessárias dentro do ambiente político (FERRAZ, 2015).

A presença da participação nos regimes políticos ganha notoriedade através de duas correntes teóricas consideradas as clássicas análises sobre o tema: os pensadores que defendem a representação política na tomada de decisões, ou seja, a função do cidadão comum é “participar” escolhendo alguém que o represente em sua tomada de decisão: denominada de democracia representativa, tendo como expoente Joseph Schumpeter. Essa corrente, também denominada como democracia liberal, é o modelo político hegemônico nas democracias contemporâneas. Os autores da corrente representativa afirmam que a participação popular se encontra na indicação do seu representante, que de fato tomará as decisões políticas necessárias para o pleno funcionamento da vida em sociedade.

De outro lado estão os pensadores que defendem uma participação mais direta da população nas decisões políticas, através da teoria conhecida como democracia participativa. Entre outros também importantes, estão nomes como Jean-Jacques Rousseau e Carole Pateman. Para essa corrente a representação política é algo soberano e, portanto, intransferível na vida

moderna. Nas palavras do próprio Rousseau, a representação política é algo “inalienável” pelo cidadão.

Na defesa dos argumentos de participação é possível identificar autores que tratam a deliberação como algo maior que a capacidade de votar: “a capacidade de votar é diferente da capacidade de deliberar sobre questões públicas e políticas” (RESENDE, 2012, p. 70). Essa forma de raciocínio corrobora o pensamento participativo, na qual a participação popular através do voto não pode ser considerada um modelo acabado de gestão política e pública. Essa é uma das críticas dos pensadores participativos sobre o modelo de democracia representativa, ou seja, na medida que a representação não é capaz de substituir a soberania do cidadão na definição dos seus interesses.

Existe uma terceira corrente de autores, esses mais contemporâneos, igualmente importantes, que defendem uma via de análise complementar, unindo as principais virtudes do modelo representativo ao modelo participativo:

Em meu entender, um dos conflitos centrais entre o Norte e o Sul resultará do confronto entre a democracia representativa e a democracia participativa. Esse confronto, que decorre do fato de a democracia representativa rejeitar a legitimidade de democracia participativa, só terá solução na medida em que essa recusa for substituída pelo delineamento de formas de complementariedade entre as duas formas de democracia que contribuam para o aprofundamento de ambas. (SANTOS, 2002, p. 32)

O associativismo está presente na obra de Roberto Dahl, que ao descrever os critérios que definem a Poliarquia, apresenta a capacidade do governo em promover a livre associação como uma das condições de defesa dos interesses sociais.

O conceito de participação e de livre associação (associativismo) sempre estiveram presentes como pontos fundamentais do regime político democrático, seja numa perspectiva histórica (Aristóteles), numa perspectiva

de poder (representação x participação), seja numa perspectiva técnica (qualidade da democracia) ou numa perspectiva pragmática (poliarquia).

Entre os autores considerados clássicos, Alexis de Tocqueville se destaca em sua análise sobre a capacidade de empoderamento da sociedade americana através da livre associação entre seus cidadãos (FERRAZ, 2015). Outros autores mais contemporâneos também trabalham nessa linha, onde “a participação política através da livre associação reforça a legitimação da política cotidiana”(RESENDE, citando WHITEHEAD, 2012, p. 73-74).

Nesse contexto, o presente estudo apresentará as definições de associação em quatro perspectivas: semântica, constitucional, conceitual e jurídica.

Do ponto de vista semântico, associação significa *ato ou efeito de associar*. E associar, por sua vez, significa “unir, juntar (duas ou mais coisas); reunir em sociedade; estabelecer relação; identificar-se como afim; (DICIONÁRIO AURELIO, 2012, p.73).

Do ponto de vista Constitucional, o Art. 5º da Constituição Federal trata da Associação nos seguintes incisos:

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados

judicial ou extrajudicialmente. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988)

É grande a corrente de autores que afirmam que as associações ganharam força a partir da Constituição de 1988, existindo inclusive um conjunto de autores brasileiros que trabalham com o conceito de Democracia Associativa, sendo um dos seus principais expoentes Ligia Helena Lüchmann. Por outro lado, em seu artigo “Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações”, a autora afirma que “há uma grande dificuldade para uma definição precisa de “associação”, ao ponto de perguntarmos se seria possível, frente à multiplicidade de práticas associativas, estabelecer características gerais que permitam algumas distinções sem recair em reduções e simplificações” (LÜCHMANN, 2008, p 61-62).

Do ponto de vista jurídico, o conceito de associação está contido dentro do termo ONG (Organização não-governamental), “organizações da sociedade civil, as organizações privadas, separadas do Estado, sem fins lucrativos e que desenvolvem atividades com o intuito de propiciar benefícios para a sociedade ou para grupos específicos.” (BRELAZ, 2008, p.01). Porém, do ponto de vista das ações práticas, a associação difere das ONGS, que tem seu foco de atuação voltado para suprir as deficiências do setor público em sua responsabilidade de cuidar das ações sociais, culturais e ambientais. Por outro lado, o conceito de associação e por consequência associativismo, adotado nesta dissertação, tem como foco de análise aquelas organizações que defendam interesses da sociedade civil diante do poder público institucional. Ou seja, este trabalho vai se referir à associação enquanto prática associativa, se referindo ao associativismo como uma liberdade de constituir associações e organizações sociais, com o pressuposto que essa liberdade e essas organizações tem o poder de interferir nas instituições e nas deliberações públicas.

O objetivo desta dissertação é identificar de que forma o associativismo pode contornar as falhas de representação da democracia se colocando como instâncias de poder político junto à estrutura de poder institucional. E nessa

perspectiva, utilizar de informações secundárias através de um levantamento exploratório para caracterizar o setor associativo no Brasil e no Espírito Santo; assim como identificar as práticas de funcionamento e de participação política das associações através de estudos de caso com associações em funcionamento no Espírito Santo, identificando se as práticas associativas podem melhorar a qualidade da democracia no ambiente em que atuam.

Leonardo Avritzer afirma que a prática da participação política através de associações da sociedade civil fortalece a consciência cívica, permitindo que o cidadão participe da vida política sem necessariamente ter que se candidatar a algum cargo eletivo, defendendo a maior integração entre a representação e a participação, trazendo o conceito de públicos participativos, também preocupado com o caráter cívico da participação política.

É nesse contexto de integração entre o debate e a ação prática sobre as questões públicas que o tema sobre o associativismo ganha relevância acadêmica e justifica ser objeto de análise científica.

Por exemplo, em um estudo organizado por AGUIAR (2007), um dos temas estudados é a relação entre participação política e apatia, ou seja, quais são os motivos que aproxima o cidadão do debate público e o que o impele a participar. Esta pesquisa identificou uma relação direta entre renda familiar e participação popular, onde quanto maior a renda do cidadão maior a sua inclinação em participar de associações de participação política. Os resultados da pesquisa de campo indicaram que existindo uma ameaça direta aos seus interesses, não é a classe social que vai determinar a participação da população. O movimento Quilombola demonstrou isso.

Do ponto de vista da delimitação do tema, e tomando como referência o conceito de objetividade em Weber (1995), é preciso esclarecer que o presente trabalho acadêmico não tem como objetivo encontrar formas de superação do

modelo representativo. As críticas que porventura venham a ser feitas ocorrem com o objetivo específico de contribuir para a melhoria do regime político vigente através de uma visão pragmática de entendimento da realidade.

Neste contexto o capítulo 1 disserta sobre o associativismo em sua dimensão macro através de Alexis de Tocqueville, que trata do espírito associativo presente na sociedade e capaz de auxiliar na organização das instituições públicas e privadas; na perspectiva micro, o capítulo descreve as potencialidades e dificuldades na construção associativa no dia a dia dos grupos sociais através da contribuição de Daniel CEFAI. Trabalha ainda o associativismo numa perspectiva histórica, à partir de Leonardo Avritzer e numa perspectiva conceitual, utilizando como referência Ligia Helena Lüchmann e Paul Hirst.

O capítulo 2 aborda a democracia na perspectiva das teorias participacionista e representativa, além de analisar a opinião da população através de pesquisas quantitativas realizadas em nível nacional e em nível local (Espírito Santo). Para tanto, na teoria da participação foram utilizadas as contribuições de Carole Pateman, Jean-Jacques Rousseau, Robert Dahl, Leonardo Avritzer e Boaventura Santos; ao passo que para a teoria representativa foram utilizados os conceitos de Joseph Schumpeter, Jürgen Habermas e Francisco Ferraz. A fonte das pesquisas de opinião foram os Institutos Latinobarometro e o Núcleo de Pesquisa Social/Universidade Vila Velha, cujos resultados indicam a insatisfação da população com relação ao funcionamento do regime político representativo tanto em nível nacional quanto em nível local.

À luz da discussão realizada no capítulo 2, o objetivo do capítulo 3 é trazer autores que trataram da relação entre a sociedade civil e os poderes instituídos, tendo como pano de fundo a discussão sobre a heterogeneidade da sociedade atual, levando à uma maior complexidade nas relações entre a própria sociedade civil e os poderes instituídos. Analisando numa perspectiva

histórica a formação do povo brasileiro no que diz respeito à formação cidadã e participação política, através da contribuição de Leonardo Avritzer, José Murilo de Carvalho, Adrian GurzaLavalle, Décio Azevedo Marques e João Gualberto Moreira Vasconcellos. Numa perspectiva conceitual, trata da complexidade das relações sociais à partir de Igor Ansoff, que analisa a sociedade à partir do aumento da qualidade de vida e do impacto dos recursos tecnológicos; das características da sociedade moderna através da análise de David Harvey e do conceito de espaço social de Pierre Bourdieu.

O capítulo 4 apresenta os resultados da pesquisa exploratória realizada com dados secundários, tendo como objetivo caracterizar as práticas associativas no Brasil pós constituição de 1988. À partir de duas fontes de informação, o estudo sobre as fundações e associações sem fins lucrativos (FASFIL) realizado pelo IBGE e uma análise das associações inseridas na ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), foi possível identificar um perfil associativo pouco organizado no país, com práticas associativas com intensidades distintas entre as respectivas regiões nacionais. Por outro lado, o estudo exploratório indica uma prática associativa heterogênea e diversificada, representando interesses também heterogêneos e diversificados que se originam na sociedade civil.

O capítulo 5 utilizou do método de estudos de caso para analisar três associações no Espírito Santo: o movimento empresarial ES em Ação, a associação Transparência Capixaba e o movimento Quilombola Sapê do Norte. Os resultados indicam uma prática associativa com resultados significativos para a melhoria do regime político tanto para o grupo de interesse direto quanto para a sociedade civil na região onde atuam.

As considerações finais indicam uma prática associativa em desenvolvimento tanto no país quanto no Espírito Santo, por um lado atuando com ações dispersas e descoordenadas, com foco de atuação predominantemente (mas

não necessariamente) local. Por outro lado, essa mesma prática associativa apresenta exemplos de projetos com resultados concretos para melhoria do regime político vigente, através de ações que se caracterizam pela fiscalização do setor público, pela parceria através do apoio ao fortalecimento da governança pública e na defesa de interesses legítimos de grupos que lutam por reconhecimento de sua cidadania e legitimidade de sua história.

Cap. 1 - Associativismo: dinamismo e heterogeneidade em suas ações

Este capítulo tem como objetivo dissertar sobre o associativismo no Brasil numa perspectiva teórica e histórica. Na perspectiva teórica, o capítulo traz o espírito associativista em sua esfera macro, sendo esse espírito uma característica de comportamento do cidadão na defesa de seus interesses, identificado por Alexis de Tocqueville ao estudar a América do Norte. Em seguida o capítulo trata das práticas associativas numa esfera micro, através de Daniel CEFAÏ que numa perspectiva etnográfica apresenta fragilidades e potencialidades na prática associativa. O conceito de democracia deliberativa de Ligia LÜCHMANN e Paul Hirst encerram a parte teórica do capítulo. A perspectiva histórica do associativismo utiliza como referência Leonardo Avritzer.

1.1 – O associativismo e suas perspectivas analíticas

Pode a livre associação ser o caminho para a melhoria na qualidade da participação, através de ações de representação política? Alexis de Tocqueville acreditava nesse caminho. Ao pesquisar a América do Norte no fim do século XVIII, o autor enxergou no povo norte-americano uma característica distintiva: a capacidade de reunião das pessoas em torno de um interesse comum:

A América é o país do mundo em que se tirou maior partido da associação e em que se aplicou esse poderoso meio de ação a uma diversidade maior de objetos. Independente das associações permanentes criadas pela lei sob o nome de comunas, cidades e condados, há uma multidão de outras que devem seu surgimento e seu desenvolvimento apenas a vontades individuais. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 219)

Alexis de Tocqueville descreve a livre associação como aspecto cultural, que para o povo norte-americano ocorre desde a idade tenra, ensinando o hábito das crianças em articular seus interesses, criar suas regras de convívio e decidir conforme o estabelecido:

O habitante dos Estados Unidos aprende desde o nascimento que deve contar consigo mesmo para lutar contra os males e

os embaraços da vida: ele lança à autoridade social um olhar desconfiado e inquieto, e só apela para o seu poder quando não pode dispensá-lo. Isso começa a se perceber desde a escola, onde as crianças se submetem, até mesmo nos jogos, a regras que elas mesmas estabelecem e punem entre si os delitos que elas mesmas definem. O mesmo espírito se encontra em todos os atos da vida social. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 219)

O autor vê nesse hábito aspetos positivos, especialmente o comprometimento das pessoas, proporcionado pelo fato delas próprias terem construído as regras. Nessa mesma direção encontra o sentimento de pertencimento, na medida em que todos os participantes da criação das regras serão os primeiros a defenderem e a manterem funcionando.

Concebo então uma sociedade em que todos, vendo a lei com obra sua, amá-la-iam e a ela se submeteriam sem custo; em que, por ser a autoridade do governo respeitada como necessária e não como divina, o amor que teriam pelo chefe do Estado não seria uma paixão, mas um sentimento ponderado e tranquilo. (TOCQUEVILLE, 2005, p.14)

E é com esse espírito de participação e de representação que o autor fala do associativismo, utilizando o conceito de livre associação, pela primeira vez:

Ciente de seus verdadeiros interesses, o povo compreenderia que, para aproveitar os bens da sociedade, é necessário submeter-se a seus encargos. A associação livre dos cidadãos poderia substituir então o poder individual dos nobres e o Estado estaria ao abrigo da tirania e do arbítrio. (TOCQUEVILLE, 2005, p.14)

Percebe-se nessa perspectiva do associativismo um movimento que se origina na sociedade civil à partir da necessidade das pessoas de lutarem por seus direitos e com forte apelo participativo. Por outro lado, a prática do movimento associativo depende de sua formação, desenvolvimento e manutenção de grupos ou organizações que possam realizar, de maneira continuada, as propostas de interesse do grupo cuja origem é a razão de existir da própria associação.

E na sua perspectiva de funcionamento o tema associativismo é muito estudado, porém ainda se trata de um conceito vago:

Falar de associação ainda é demasiadamente vago. Esse tipo de organização não é homogêneo: pode tomar todos os tamanhos e formas, visar toda a sorte de objetivos, participar de diferentes conflitos e ocupar todos os lugares em relação ao Estado e ao mercado. (CEFAÏ, 2011, p. 29).

Daniel CEFAÏ, que realiza análise através dos métodos etnográficos de pesquisa, chamando atenção para a compreensão através da vivência, trabalha os conceitos à partir da microssociologia e à partir das experiências sociais vivenciadas pelos grupos de indivíduos objetos de estudo, analisando a formação das associações através do conceito de “esferas públicas”: espaços públicos com a finalidade de discutir temas sociais de diversas naturezas. Nesta perspectiva, o autor relata a característica militante fluída dentro das associações. Pouco centralizadas e que por isso propensas a descontinuidades na atividade associativa:

Mostra o advento de uma militância irregular, fluída e volátil, de indivíduos que se engajam e se desengajam de acordo com as circunstâncias, que se implicam limitadamente, preocupados não tanto com questões ideológicas, mas com assuntos do cotidiano. (CEFAÏ, 2011, p. 29)

De um lado o espírito público e cidadão na identificação de questões a serem tratadas no âmbito da sociedade. De outro a perspectiva nem sempre linear na condução das práticas associativas dentro das próprias associações.

Leonardo Avritzer critica o foco econômico na análise histórica do associativismo no Brasil para apontar a natureza liberal da prática associativa, muito em função das propriedades privadas existentes mesmo antes da proclamação da independência do país. Num esforço de síntese, o autor identifica um perfil religioso e ligado a saúde na prática associativa do início do século XX (através das Santas Casas de Saúde), assim como um

associativismo ligados setores específicos como as associações auríferas de Minas Gerais e as Lojas Maçônicas nas cidades mais desenvolvidas.

A formação das cidades, seguidas pelo rápido crescimento demográfico, é uma das razões citadas pelo autor para a primeira mudança no perfil do associativismo brasileiro, ocorrendo através dos trabalhadores e dos camponeses.

Esse padrão de associativismo muda em meados dos anos 1970 (fim do século XX), onde o padrão de ações coletivas passa a ter um componente de solidariedade em suas práticas. Leonardo Avritzer cita 04 características desta mudança: a renovação das práticas sindicais; a construção de solidariedade locais, especialmente as associações comunitárias; a maior participação da classe média, através especialmente de práticas associativas na área cultural; o surgimento de ações coletivas temáticas, especialmente as ligadas ao conceito de sustentabilidade (meio ambiente, social e cultural).

1.2 – O associativismo como proposta de uma via democrática alternativa

Ligia Lüchmann escreve um artigo sobre o associativismo no Brasil, chamando a atenção para a complexidade, a multidimensionalidade e a heterogeneidade da relação entre associativismo e democracia, apontando limitações analíticas quando ocorre uma correlação direta entre o associativismo e o desenvolvimento democrático das sociedades:

Parece necessário ir além das expectativas que apontam para uma relação reta entre a ocorrência do fenômeno do associativismo e o desenvolvimento democrático das sociedades. É nessa perspectiva que a ideia de ecologia parece proporcionar ganhos analíticos importantes, não apenas por reconhecer um rol mais amplo e abrangente de práticas associativas, mas por identificar diferenças substantivas entre elas, evitando os riscos de se apontar efeitos democráticos

onde eles não existem e estimulando reflexões direcionadas ao refinamento de avaliações que permitam compreender fatores de consistência e de inconsistência nessas relações, seja no plano individual, político e/ou social.(LÜCHMANN, 2013, p. 2-3)

A autora enfatiza o papel principal do associativismo, que seja defender interesses específicos do grupo que representa. Essa postura da prática associativa não necessariamente guarda relação direta com a melhoria do regime democrático, na medida em que a defesa dos interesses de um grupo pode efetivamente comprometer o atendimento pleno dos interesses de outros grupos.

Numa outra perspectiva, as associações são protagonistas na relação entre Estado e Sociedade, procurando minimizar os problemas relacionados à representação política por parte das instituições, melhorando a interlocução do Estado diante da complexa vida em sociedade. Nas palavras da autora:

Como indicado no próprio termo, as associações assumem um papel político central. Se para a democracia participativa as associações contribuem para a participação direta dos indivíduos, nutrindo e irrigando a cidadania, nesse modelo elas tornam-se os agentes por excelência, ao lado de governos e partidos, de atuação política. Poderíamos dizer que, aqui, as associações substituem os indivíduos como sujeitos centrais da democracia. (LÜCHMANN, 2012, p. 67).

LÜCHMANN(2012) também descreve a importância da associação no que se refere à pluralidade social, capaz de lidar de maneira variada à partir das próprias demandas originadas de uma sociedade culturalmente cada vez mais diversificada:

A pluralização da sociedade, dos grupos e as mudanças na extensão da individualização influenciam as demandas pela provisão de serviços públicos até então uniformizados e hierarquicamente gerenciados pela burocracia administrativa estatal. Frente a essa realidade, de acordo com o autor, a democracia associativa é a única doutrina política bem adaptada para lidar com os problemas da *accountability* democrática em uma sociedade culturalmente diversificada. (LÜCHMANN, 2012, p. 68).

Paul Hirst é citado por LÜCHMANN (2012), no que diz respeito ao posicionamento estratégico da atuação das associações no cenário atual:

Não são os indivíduos e nem certa ideia de sociedade civil dispersa e formada por grupos periféricos que vão garantir, frente a um mundo econômico operado por corporações poderosas e um sistema político sobrecarregado por burocracias estatais, uma reforma pautada na boa administração e na responsabilidade pública nos diferentes domínios sociais..[]... São as associações voluntárias autogovernadas, constituídas, portanto, por mecanismos internos democráticos [] há um conjunto de necessidades individuais que não podem ser satisfeitas pela ação privada de indivíduos isolados, e certas liberdades que só podem ser perseguidas de maneira coletiva.(LÜCHMANN, 2012, p. 68)

Nesse contexto já podemos definir o que vamos tratar enquanto associativismo excluindo, a priori, o que de fato ela não é. Isso se torna necessário pois o conceito de livro associação tratado na constituição é muito amplo por estar contido dentro do conceito jurídico denominado Organização Não-governamental, as chamadas “ONGS”.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no seu estudo sobre o setor de fundação e organizações sem fins lucrativos (FASFIL) classifica essas instituições conforme a sua área de atuação, utilizando 10 categorias: habitação; saúde; cultura e recreação; educação e pesquisa; assistência social; religião; partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais; meio ambiente e proteção ambiental; desenvolvimento e defesa de direitos; outras instituições privadas sem fins lucrativos.

Dentro da categoria habitação estão contidas as associações ligadas a construção e financiamento coletivo de habitações (cooperativas habitacionais); na categoria saúde estão contidos os hospitais filantrópicos e as casas de saúde; na categoria cultura e recreação estão contidas as associações culturais, as escolas de samba, grupos teatrais, museus, bibliotecas, produções cinematográficas e afins; dentro da categoria educação e pesquisa estão contidas as escolas de nível fundamental, médio e superior, assim como os centros de pesquisa; na categoria assistência social estão contidas todas as instituições de amparo aos segmentos sociais vulneráveis, tais como crianças, idosos, dependente de drogas, etc; na categoria religião estão contidas todas

as denominações das mais variadas práticas religiosas vigentes; na categoria partidos políticos e associações patronais estão contidas as instituições de representação formal tanto do ponto de vista ideológico-político quanto trabalhista-empresarial como sindicatos, associações e federações; na categoria meio ambiente e educação ambiental estão contidas todas as instituições que atuam na mitigação, defesa e preservação de assuntos ligados à ecologia; na categoria desenvolvimento e defesa de interesses estão contidas as associações de moradores, instituições ligadas a defesa dos negros e minorias discriminadas, assim como todas as outras instituições que defendem interesses específicos e que não estão contidas nas demais classificações; na categoria outras instituições privadas estão os condomínios residenciais, os cartórios e o Sistema S (Senai, Sebrae, Sesc, Senac, Sescop, etc).

Analisando o conjunto das categorias acima descritas, é possível identificar uma gama de ações que vão desde suprir serviços que são de responsabilidade do setor público até aquelas ações voltadas para defesa de interesses específicos da sociedade. Encontra-se também nessa gama toda a crítica descritas por Ligia Luchman e Daniel Cefâi sobre o caráter heterogêneo, multidisciplinar e desorganizado do setor associativo no Brasil. Essas características, antes de serem um problema, na verdade retratam um modelo de formação associativa coerente com a dinâmica e a complexidade da vida em sociedade atual. Esse tema (formação associativa e complexidade da sociedade) será tratada num capítulo 4 de maneira específica.

Nesse contexto de classificação utilizado pelo IBGE, a categoria que mais se aproxima do objeto em estudo dessa dissertação é a DESENVOLVIMENTO E DEFESA DE INTERESSES. As demais categorias não serão alvo de análise dessa dissertação, uma vez que é possível identificar agrupamentos de categorias que visam suprir a atuação da sistema público em garantir os serviços básicos para a população tais como educação, saúde, cultura, assistência social e meio ambiente; assim como também é possível identificar outro conjunto de categorias que atuam de maneira formal e institucionalizada na defesa de interesses corporativos e ideológicos: partidos políticos e

associações patronais, religião e outras formas de instituições não governamentais.

Por sua vez a ABONG (Associação Brasileira de Organizações não governamentais) esclarece em seu 2ª artigo que são consideradas associações aquelas instituições que “tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático”. E no parágrafo único do mesmo artigo exclui “as entidades vinculadas a Igrejas, organizações sindicais, partidos políticos ou empresas, mesmo atendendo aos princípios gerais enunciados neste Estatuto” que não serão consideradas associadas para termos de filiação.

Assim, a delimitação do tema encontra respaldo social e científico por tratar o associativismo enquanto instrumento de participação política, dentro dos parâmetros estabelecidos por Alexis de Tocqueville, ou seja, trata o associativismo como forma de defesa de interesses públicos, de conquista de interesses sociais, de manutenção de direitos já conquistados ou mesmo de questionamento sobre o funcionamento do sistema político vigente. Resgatando os parâmetros de avaliação da qualidade na democracia do Instituto FreedomHouse nos campos dos direitos políticos: (a) processos eleitorais; (b) pluralismo político e participação; (c) funcionamento do governo; e no campo das liberdades civis: (a) liberdade de expressão e de crença; (b) liberdade de organização e associação; (c) Estado de direito; (d) autonomia pessoal e os direitos individuais, será possível identificar de que forma as associações pesquisadas atuam na melhoria da qualidade do regime democrático.

Não obstante, torna-se importante constatar que não necessariamente toda conquista associativa deverá ser considerada por definição uma melhoria na qualidade do regime democrático. Um dos objetivos específicos da pesquisa empírica é encontrar e classificar as práticas associativas das instituições estudadas diante dos conceitos que caracterizam a qualidade do regime democrático.

1.3 – O conceito de Democracia Deliberativa: a complementariedade com o conceito de associativismo

Esta parte do capítulo vai procurar lançar luz ao conceito de democracia deliberativa, cujo objetivo é estimular o debate introduzindo a deliberação como forma de participação e procurando semelhanças e diferenças ao conceito de associação.

A própria LÜCHMANN (2002) lança mão deste conceito e o trabalha de maneira especial, descrevendo a democracia deliberativa como uma forma de viabilizar e validar a participação cidadã nas decisões sobre os investimentos públicos. Para tanto, tem como objeto de análise o Orçamento Participativo, uma experiência exitosa de democracia deliberativa enquanto modelo participativo, destacando três fatores de sucesso: a vontade política, a tradição associativa local e o desenho institucional.

Duas características da democracia deliberativa merecem atenção especial. O primeiro é o exercício do poder político respaldado pela discussão pública dos interesses coletivos. O segundo aspecto é a dimensão institucional da democracia deliberativa. Institucional por ser fomentada, elaborada e mantida pelo poder público executivo - por mais que a primeira ideia sobre tornar público o debate tenha surgido em reuniões com associações comunitárias, segundo AVRITZER (2012) é o Poder Executivo que sustenta e realiza todo o processo que envolve a execução do Orçamento Participativo.

O conceito de associativismo citado por Ligia LÜCHMANN confere um grau de interlocução com o Estado, mais do que propriamente uma deliberação em conjunto com o poder público. Essa diferença é importante na discussão sobre os dois conceitos. Enquanto a democracia deliberativa está mais perto da institucionalidade, o conceito de associativismo está mais próximo da sociedade civil (AVRITZER, 1997). Não que a deliberação não esteja próxima

também da sociedade civil, mas a associação tem uma característica de defesa de interesses.

Um dos pressupostos é que o processo de participação se completa através do associativismo e da deliberação. São conceitos e etapas complementares. Jamais excludentes. O foco desta dissertação continua sendo o associativismo como premissa de participação política. Porém, não descartando nem rejeitando a deliberação como forma de participação política.

O primeiro capítulo descreveu o associativismo como o espírito de defesa de interesses que permeia a sociedade, surgindo à partir das bases da própria sociedade civil organizada. Que por outro lado, o associativismo tem em seu funcionamento o desafio de criar, estruturar e desenvolver as práticas associativas, especialmente no enfrentamento interno entre seus próprios participantes. No Brasil, o padrão da prática associativa se altera nas últimas décadas, em função especialmente da participação das famílias da classe média e da construção de solidariedades locais. A prática associativa é tida como diversificada e heterogênea, respondendo às demandas que se originam na base de uma sociedade também cada vez mais diversificada.

Se a prática associativa ocorre na sociedade civil organizada, é preciso analisar o regime político vigente, a democracia, em suas perspectivas de participação. Nesse sentido, o próximo capítulo tratará da democracia em sua perspectiva teórica e, também, a percepção da população brasileira e capixaba sobre o regime político vigente em nossa sociedade.

Cap. 2– Democracia: a busca pela melhoria do regime político

Este capítulo tem como objetivo dissertar sobre a democracia em sua perspectiva teórica representativa e participativa, assim como trazer a percepção da população sobre o regime político atual através de pesquisas de opinião realizadas no Brasil e na Grande Vitória.

O conceito de democracia (governo de todos para todos) surgiu na Grécia como antônimo ao conceito de monarquia (governo de um para todos). Do ponto de vista semântico democracia significa “governo do povo”, sendo que o povo pode executar esse governo de maneira direta ou indireta. Atualmente, nos países considerados democráticos o regime representativo é o hegemônico, ou seja, a democracia é exercida de maneira indireta pela população². A democracia direta é alvo de estudos diversos, porém a sua implantação conta com raríssimos casos na história da humanidade e aparecem sempre em contraponto ao modelo hegemônico.

A liberdade de participação política é um dos fundamentos democráticos mais estudados e valorizados. Robert Dahl, em seu conceito de Poliarquia, trabalha a relação entre a liberdade ao debate e direito pleno ao voto direto e universal. Quando essas duas condições estão plenamente estabelecidas a sociedade viverá um regime democrático pleno, que o autor denomina de Poliarquia:

Quando se clasifica a los países por sumayor o menor capacidad de representación, sin considerar otras circunstancias anejas, los resultados son anómalos. Sin embargo, una vez que tengamos bien clara la noción de que la amplitud del “sufrágio”, o dicho em términos más generales, el derecho a participar, indica sólo una característica del sistema que únicamente puede interpretarse en el contexto de los demás componentes, es muy útil diferenciar los regímenes de acuerdo a su capacidad de representación. (DAHL, 1997, p. 16)

No Brasil, a percepção da população é que a liberdade de participação política não é algo garantido, apresentando inclusive tendência de queda nessa possibilidade de se expressar. A tabela 1 apresenta a percepção da

² Segundo dados do Instituto FreedomHouse, atualmente cerca de 116 países vivem sob alguma forma do regime democrático.

população brasileira identificada na pesquisa realizada nacionalmente pelo Instituto Latinobarómetro³.

Tabela 1 – Percepção sobre a Liberdade de Participação Política.
“Até que ponto as seguintes liberdades, direitos, oportunidades e títulos são garantidos no Brasil ? A liberdade de participar na política”. Valores em (%) - Brasil

Opções	2007	2008	2009	2011	2015
Completamente garantidas	22,0	19,0	20,0	14,0	7,0
Alguma garantia	30,0	33,0	36,0	41,0	37,0
Poucas garantias	30,0	33,0	30,0	29,0	39,0
Nada garantidas	14,0	11,0	11,0	13,0	9,0
Não sabe responder	5,0	3,0	3,0	3,0	8,0
Total	101,0	99,0	100,0	100,0	100,0
Amostra	1204	1204	1204	1204	1250

Fonte: Labinobarómetro (2016)

Claudio Holzner, em seu artigo “*Voz y voto: participación política y calidad de la democracia en México*”, afirma que a qualidade da democracia está na razão direta da população ter condições de debater e deliberar sobre as questões públicas:

Da igualdad intrínseca de cada ciudadanoes una suposición fundamental de cualquier sistema democrático. Por esto, cualquier evaluación de la calidad de la democracia tiene que considerar la «igualdad de voz», o sea, el grado en que los ciudadanos tienen oportunidades más o menos iguales de participar en la toma de decisiones colectivas. (HOLZNER, 2007, p. 69)

Pensar na livre associação e na participação política é algo importante na perspectiva acadêmica, em que medida a população percebe o seu grau de liberdade em debater sobre seus direitos e se associar em busca da defesa dos seus interesses ? Pensando em responder a essas questões, os próximos itens do capítulo tem como objetivo identificar a percepção da população quanto ao regime representativo, analisar a relação entre a igualdade econômica e a participação política, descrever o modelo representativo e suas características na sociedade contemporânea, a participação política e a sua

³ Para ter acesso a pesquisa na íntegra, acessar <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>

relação com a democracia e a proposta da democracia associativa como uma terceira via de regime político.

2.1 - Democracia Representativa: a percepção da população com relação ao modelo político hegemônico

A democracia representativa relaciona com a participação popular através da escolha dos seus representantes. Para essa corrente de pensamento, a participação da população é transferida para um conjunto de especialistas, capazes de deliberar sobre todos os problemas sociais. Joseph Schumpeter é o principal expoente teórico dessa visão, universalmente conhecida como Teoria da Elite Política e que também se convencionou chamar de democracia liberal, na qual cita que “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor.(SCHUMPETER,1984, p. 328)

Numa crítica explícita à corrente teórica chamada de Teoria Clássica da Democracia⁴, Joseph Schumpeter afirma que o poder político dificilmente será governado pelo cidadão comum, assim como afirma ser difícil para a população determinar o que é a vontade geral para essa própria população. Nesse contexto surge a necessidade das questões políticas serem tratadas por especialistas, pessoas com tempo e conhecimento suficientes para deliberar sobre as questões públicas. A participação da população nesse contexto se dará através da escolha dos representantes do povo, pois o cidadão comum não dispõe de tempo, de interesse e nem de conhecimento suficientes para lidar com as questões públicas. Segundo o autor

As grandes questões políticas tomam seu lugar na economia psíquica do cidadão típico entre aqueles interesses das horas ociosas que não atingiram o grau de passatempos e entre os assuntos de conversas irresponsáveis...[]...esse reduzido senso de realidade é responsável não apenas por um reduzido

⁴A Teoria Clássica pressupõe a participação popular na decisão sobre os interesses da vida em sociedade, o que se convencionou chamar de Vontade Geral da população, tendo Rousseau como referência do termo.

senso de responsabilidade, como também pela ausência de desejo efetivo. (SCHUMPETER, 1984, p. 236).

Joseph Schumpeter não está completamente equivocado ao fazer tais considerações acerca do comportamento do cidadão comum. Porém, a sua constatação sobre o baixo interesse e conhecimento do cidadão comum com relação às questões políticas pode não ser a causa e sim consequência de um problema maior, na medida em que a baixa participação política pode ter as suas causas na falta de estímulo ou na falta de condições de participação popular. Ou seja, a população não participa não porque não tem interesse, ela não participa por não encontrar mecanismos legítimos de participação e em equilíbrio com as suas outras obrigações sociais. Apenas com a presença desse quadro de apoio e, permanecendo a baixa participação, é que de fato o baixo interesse populacional poderá ser atribuído a um problema originado no próprio comportamento do cidadão.

HABERMAS (1987) é um dos autores que também questiona a visão sobre ser um problema do cidadão o seu baixo nível de participação. Através do argumento de que o cidadão vive no seu papel de cliente da estrutura política vigente, muito em função do seu papel de servidor de mão-de-obra para a produção capitalista, o autor afirma que as pessoas se colocam no papel de consumidor/cliente aguardando os serviços do setor público. E nessa postura de cliente as pessoas não se veem no papel de cidadão. E essa confusão de papéis não permite que as pessoas enxerguem na participação uma forma direta de conquista de seus direitos enquanto cidadão. Para Jürgen Habermas é a estrutura do modo de produção capitalista e a forma como o estado de bem-estar criado pelo setor público se relaciona com os cidadão é que determina o comportamento do eleitor em última instância.

Segundo Carole Pateman, a crítica que a teoria da democracia liberal sofre é que para o modelo de representação funcionar, as demandas sociais dos representados precisam estar plenamente satisfeitas. Ou seja, se a população estiver insatisfeita com algum serviço ou com a forma de funcionamento da estrutura pública o modelo representativo será colocado em dúvida. O próprio

Joseph Schumpeter reconhece essa limitação do modelo representativo, pois na medida em que as demandas dos representados não forem atendidas ou existindo a percepção por parte dos representados que as suas demandas não serão atendidas, certamente o modelo representativo será questionado e mudanças serão exigidas por parte do cidadão comum.

Essa crítica formulada por PATEMAN encontra evidências na realidade. A seguir serão apresentadas pesquisas de opinião nacionais e locais que indicam esse cenário de desgaste para o modelo representativo junto à população. Na tabela 2, quando perguntado se o cidadão se sente representado pelo parlamento/legislativo, 80% negam que essa representação exista.

Tabela 2 – Percepção sobre a capacidade de representação política do legislativo. “*Você se sente politicamente representado no parlamento / congresso?*”
Valores em (%) - Brasil

Opções	2015
Sim	13,0
Não	80,0
Não sabe responder	7,0
Total	100

Fonte: Latinbarómetro

A população indica ao mesmo tempo uma relação de defesa do regime democrático e de uma crítica ao funcionamento deste mesmo regime político democrático. As tabelas 3 e 4 foram retiradas da pesquisa realizada pelo Latinobarómetro⁵ com abrangência nacional. Primeiro, numa análise histórica, quando perguntados pelo apoio ao regime democrático, 41% dos entrevistados

⁵A metodologia do Latinobarómetro é criticada especialmente em função da coleta de informações, feitas a partir de voluntários acadêmicos que estudam em cada um dos estados da Federação. Não obstante as críticas serem consistentes, as mesmas não invalidam os resultados encontrados pois o perfil do comportamento apresentado é coerente com outras pesquisas de opinião realizadas com públicos distintos e por outros institutos de pesquisa. Esse fato corrobora os resultados encontrados pela pesquisa do Latinobarómetro.

afirmaram que “a democracia é preferível a qualquer forma de governo” (1995), e em 2015 essa mesma afirmação foi citada por 54% dos entrevistados.

Segundo, quando perguntados pela avaliação ao regime democrático, o percentual de entrevistados insatisfeitos (pouco satisfeito + muito insatisfeito) passou de 65% em 1995 para 73% em 2015.

Aparentemente contraditório, esse resultado permite identificar que a população está cada vez mais madura do ponto de vista político, na medida em que possui senso crítico para avaliar o atual regime de maneira negativa ao mesmo tempo em que o defende enquanto forma de governo para a sociedade.

Em outras palavras, a população espera que o atual regime melhore enquanto forma de governo, ao mesmo tempo em que rechaça outras formas de regime, como por exemplo os ditatoriais.

Tabela 3 – Percepções sobre a Democracia e seu funcionamento: “Com qual das seguintes frases você está mais de acordo?” Valores em % - Brasil

	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2013	2015
A democracia é preferível a qualquer forma de governo	41,0	50,0	50,0	48,0	38,0	30,0	37,0	35,0	41,0	37,0	46,0	43,0	47,0	55,0	54,0	45,0	49,0	54,0
Em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível	21,0	24,0	19,0	18,0	25,0	18,0	15,0	19,0	18,0	15,0	18,0	17,0	19,0	18,0	19,0	19,0	19,0	16,0
Tanto faz democracia ou autoritarismo	23,0	21,0	20,0	28,0	28,0	31,0	26,0	35,0	26,0	28,0	21,0	26,0	22,0	17,0	15,0	22,0	21,0	16,0
Não sabe	14,0	4,0	9,0	5,0	6,0	18,0	19,0	10,0	15,0	19,0	13,0	13,0	11,0	10,0	11,0	12,0	10,0	11,0
Não responde	1,0	1,0	1,0	1,0	2,0	3,0	4,0	1,0	0,0	1,0	2,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0
Total	100,0	100,0	99,0	100,0	99,0	100,0	101,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,0	99,0	100,0	98,0
Amostra	1200	1080	1001	1000	1000	1000	1000	1200	1204	1204	1204	1204	1204	1204	1204	1204	1204	1250

Fonte: Latinobarómetro.

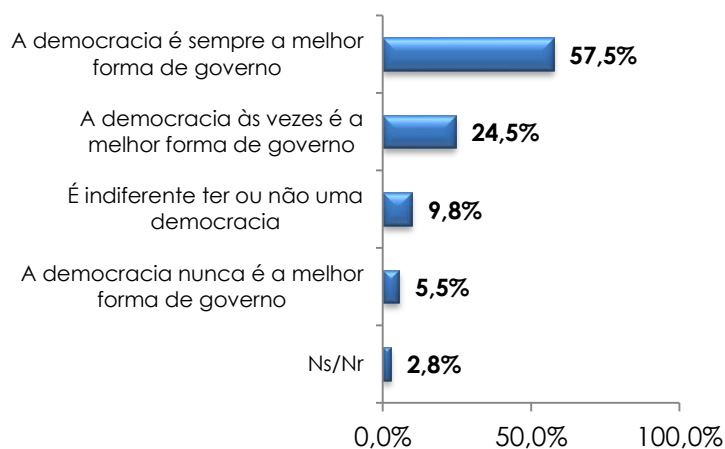
Tabela 4 – Nível de satisfação com a democracia: “Em geral, qual o seu grau de satisfação com a democracia no Brasil?” Valores em % - Brasil

	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2013	2015
Muito satisfeito	3,0	2,0	1,0	2,0	1,0	2,0	2,0	1,0	1,0	2,0	4,0	2,0	3,0	3,0	3,0	1,0	2,0	2,0
Satisfeito	26,0	18,0	22,0	25,0	18,0	19,0	19,0	27,0	27,0	20,0	33,0	28,0	35,0	45,0	45,0	35,0	24,0	19,0
Pouco satisfeito	35,0	46,0	37,0	50,0	44,0	42,0	45,0	46,0	45,0	45,0	45,0	47,0	43,0	33,0	31,0	40,0	40,0	44,0
Muito insatisfeito	30,0	31,0	34,0	22,0	33,0	24,0	21,0	20,0	19,0	26,0	13,0	17,0	15,0	14,0	13,0	19,0	29,0	29,0
Não sabe/ Não respondeu	5,0	3,0	6,0	2,0	4,0	13,0	13,0	6,0	8,0	8,0	6,0	6,0	4,0	5,0	6,0	5,0	4,0	6,0
Total	99	100	100	101	100	100	100	100	100	101	101	100	100	100	98	100	99	100
(Amostra)	1200	1080	1001	1000	1000	1000	1000	1200	1204	1204	1204	1204	1204	1204	1204	1204	1204	1250

Fonte: Latinobarómetro.

Essa mesma relação, revelando aparente dubiedade, entre a avaliação negativa e ao mesmo tempo a defesa do regime democrático se nota na pesquisa sobre a percepção política do capixaba, realizada na Grande Vitória, onde se situam os 04 principais municípios do Espírito Santo (Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra) que juntos representam 55% da população e 70% do PIB (Produto Interno Bruto) do Estado. Realizada em parceria pelo Núcleo de Pesquisa Aplicada da Universidade Vila Velha e a Merccato Inteligência Competitiva⁶, tendo como público alvo os moradores da Grande Vitória acima de 16 anos, foram realizadas as mesmas perguntas que são feitas pelo Latinbarómetro, com os seguintes resultados.

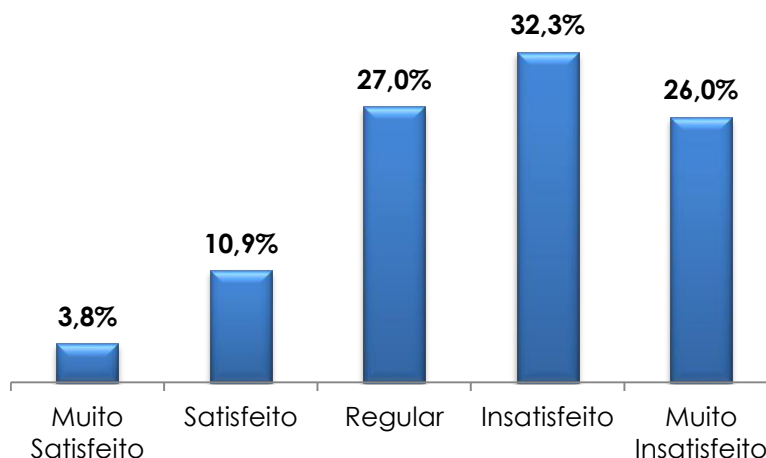
Gráfico 1 - Com qual afirmação você concorda?



Fonte: Núcleo de Pesquisa Social Aplicada

⁶ Fonte: Merccato/NPSA - Pesquisa quantitativa com aplicação de 400 entrevistas em dezembro de 2015. <http://npsa.com.br/pesquisa-populacao-grande-vitoria/>

Gráfico 2 - No Brasil, qual é seu grau de satisfação com a democracia?



Fonte: NPSA/UVV

As informações apresentadas nos gráficos 1 e 2 são coerentes com os resultados apresentados nas tabelas 3 e 4 que tem representação nacional, o que caracteriza a mesma percepção populacional e torna os dados bem representativos da opinião da população.

Num esforço de síntese, é possível destacar os seguintes pontos na análise do modelo político atual: crise de representação, péssima avaliação institucional e falta de representatividade populacional junto aos partidos políticos (tabela 5 a seguir). Essa é a principal deficiência do modelo político atual e é também o argumento que fortalece a livre associação e participação política, sobretudo nas democracias representativas. Pois na medida em que não se sente representada, a população encontra nas manifestações populares formas de ação direta de participação (FERRAZ, 2015) ao mesmo tempo em que rejeita os mecanismos institucionais de participação, especialmente os partidos políticos - uma das instituições com pior avaliação por parte da população.

A tabela 5 (abrangência nacional) e a tabela 6 (abrangência regional) demonstram o alto percentual de desconfiança populacional com relação aos Partidos Políticos.

Opções	2007	2008	2009	2010	2011	2013	2015
Muita	2,0	3,0	3,0	5,0	2,0	4,0	1,0
Alguma	14,0	17,0	17,0	19,0	13,0	17,0	9,0
Pouca	32,0	35,0	36,0	33,0	34,0	29,0	36,0
Nenhuma	51,0	42,0	42,0	40,0	49,0	47,0	51,0
Indiferente	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0
Não sabe	1,0	1,0	2,0	2,0	0,0	2,0	2,0
Total	100	99	100	100	98	100	99
Amostra	1204	1204	1204	1204	1204	1204	1250

Fonte: Latinobarômetro.

Tabela 6 – Nível de confiança nas Instituições – Valores em % - Grande Vitória

Opções	Muita confiança	Alguma confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança	TOTAL
Igreja	42,0	26,2	19,1	12,7	100
Forças Armadas	33,9	31,6	19,6	14,8	100
Movimentos sociais	27,5	39,2	19,3	14,0	100
Leis (Constituição federal)	25,1	32,1	22,3	20,5	100
Imprensa	22,6	30,5	24,1	22,8	100
Poder Judiciário	14,5	27,2	34,4	23,9	100
Sindicatos	14,3	27,0	26,8	31,9	100
Polícia	14,2	35,5	30,7	19,5	100
Empresários	12,6	31,1	26,7	29,6	100
Governo federal	9,7	16,3	28,1	45,9	100
Prefeitura	7,9	21,9	28,5	41,7	100
Governo estadual	7,4	21,9	29,3	41,5	100
Assembleia Legislativa	5,6	12,8	31,6	50,0	100
Congresso Nacional	5,1	11,8	27,8	55,3	100
Câmara de vereadores	4,1	12,2	30,0	53,7	100
Partidos políticos	3,1	10,7	24,2	62,1	100

Fonte: Núcleo de Pesquisa Social Aplicada

Na tabela 6 se encontram avaliadas 16 instituições que, entre outras, compõem o sistema representativo institucional e a sociedade civil organizada. Destas 16 instituições avaliadas, 08 representam diretamente o sistema político em suas três esferas de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), são elas: os partidos políticos, a câmara de vereadores, o Congresso Nacional, a Assembleia Legislativa, o governo estadual, a Prefeitura, o governo federal e o Poder Judiciário. Todas com alto nível de desconfiança por parte da população.

Essa alta desconfiança da população pelas instituições democráticas está relacionada a outro resultado da pesquisa, que seja a também baixa participação da população em organizações institucionais, sejam elas oficiais ou não oficiais. A tabela 6 apresenta os resultados encontrados na pesquisa realizada na Grande Vitória, sobre a participação da população em organizações e associações.

Tabela 7 -Nível de Participação Populacional: “*Você participa ativamente de alguns destes grupos?*” Valores em % - Grande Vitória

Opções	Sim	Não	TOTAL
Igreja evangélica	35,7	64,3	100
Igreja católica	31,0	69,0	100
Associação de bairro	12,5	87,5	100
Sindicato	12,0	88,0	100
Movimento Social	11,0	89,0	100
Partido Político	7,3	92,7	100

Fonte: Núcleo Social de Pesquisa Aplicada

Num esforço de síntese das informações apresentadas, é possível identificar pelas pesquisas que a população (tanto em nível nacional quanto local) não se sentem representada pelos seus próprios representantes (políticos eleitos), não confiam nas instituições do modelo representativo, avaliam negativamente o modelo democrático atual mas, por outro lado, continuam apoiando o regime político vigente, demonstrando haver espaço para o debate público que reforme a dinâmica de funcionamento e, especialmente, que repense o modelo de representação atualmente estabelecido.

Diante dessa relação entre insatisfação com a representação e tendo a participação direta como a alternativa política ideal, os próximos tópicos analisarão a possibilidade de participação direta, suas potencialidades e fragilidades, começando pelos autores que tratam do desequilíbrio social como limitador das garantias políticas fundamentais para a vida em sociedade.

2.2 – A relação entre a igualdade econômica e a participação política

Jean-Jacques Rousseau, um dos principais pensadores e defensores da participação, afirma que a participação política é algo inalienável a terceiros, ou seja, o próprio cidadão é quem precisa decidir sobre as questões políticas em sociedade. Porém essa decisão não significa decidir os interesses próprios.

Significa decidir à partir de um conjunto de interesses contidos na vontade geral da sociedade e, nessa visão, à postura da população é exigida um maior senso de responsabilidade.

Carole Pateman, citando Jean-Jacques Rousseau, diz que:

A principal variável é saber se a instituição é ou não participativa, pois a função central da participação na teoria de Rousseau é educativa, considerando-se o termo “educação” em seu sentido mais amplo. O sistema ideal de Rousseau é concebido para desenvolver uma ação responsável, individual, social e política como resultado do processo participativo. (PATEMAN, 1992, p. 68)

Além do caráter educativo e responsivo exigido da população, a teoria política de Jean-Jacques Rousseau relaciona igualdade econômica à igualdade política, para que de fato ocorra uma relação de independência nas decisões políticas: “se existissem tais condições, os cidadãos poderiam agrupar-se enquanto indivíduos iguais e independentes”. (PATEMAN, 1992, p.36).

A isonomia, ou seja, o direito à igualdade jurídica, através da expressão “todos são iguais na lei e perante a lei”, é um dos principais paradigmas da Democracia. Mas sendo as condições sociais desiguais, como garantir a igualdade perante a lei? Ademais, a própria Constituição Federal garante a isocracia⁷ política através do sufrágio universal e da liberdade partidária, mas não garante a igualdade econômica. É esse o paradigma que associa o liberalismo político ao liberalismo econômico, o que caracteriza uma contradição em si mesmo. Como é possível garantir que a mesma lei possa representar igualdade política diante de realidades econômicas tão díspares entre os cidadãos da mesma sociedade?

⁷Do ponto de vista jurídico, a questão da igualdade se desdobra em 03 conceitos: a isonomia, trata-se de um princípio jurídico que diz que “*todos são iguais perante a lei*”, independentemente da riqueza ou prestígio destes; a isegoria, que consiste no princípio de igualdade do direito de manifestação; e a isocracia, como o ideal da igualdade de acesso aos cargos políticos. Pesquisado em <http://wilsonferreiracampos.blogspot.com.br/2014/09/isonomia-isegoria-e-isocracia.html>. Data: 28/07/2016.

A exigência de maior igualdade econômica é uma das críticas de Jean-Jacques Rousseau à democracia representativa liberal. De fato, a origem e o enfrentamento pelas questões políticas serão desiguais numa sociedade que nasce economicamente desigual para as pessoas. O autor afirma que a pessoa que inventou a propriedade privada decretou o fim da igualdade política. Ele não faz apologia à expropriação das propriedades privadas, nem defende em seus argumentos nada parecido com os ideais socialistas. Jean-Jacques Rousseau utiliza a expressão para afirmar que não pode existir representação política igualitária se as condições econômicas não são igualitárias.

A inserção de aspectos econômicos nos debates políticos nem sempre é realizada de maneira isenta e a falta de compreensão sobre um ou outro tema não permite uma análise mais aprofundada tanto das questões políticas quanto das questões econômicas. Um exemplo dessa situação é a própria condição do cidadão, que enxerga as questões públicas com um olhar enviesado pela relação de consumidor, visão essa presente na relação das pessoas dentro do processo produtivo, sendo a produção capitalista o modelo econômico hegemônico na sociedade contemporânea. Alguns autores fazem menção a esse aspecto. Por exemplo, Ligia LÜCHMANN, ao citar MACPHERSON (1978), observa que:

Esse autor ventila a possibilidade de ampliação da participação se forem removidos os principais obstáculos a uma verdadeira democracia participativa, quais sejam, a diminuição da desigualdade econômica e social e a mudança da autoimagem do povo “do ver-se e agir como essencialmente consumidor ao ver-se e agir como executor e desfrutador da execução e desenvolvimento de sua capacidade. (LÜCHMANN, 2012, p. 65-66).

Esse olhar enquanto consumidor e não como cidadão limita a capacidade de ação das pessoas diante dos problemas públicos. É como se a pessoa se visse apenas na condição de “cliente” do setor público, aguardando pela sua prestação dos serviços essenciais, tais como saúde, educação e segurança.

Para Jürgen Habermas, essa postura se apresenta como um grande erro que precisa ser corrigido.

Retomando a análise desse autor, Habermas (1987) trata desse assunto no seu artigo “A nova intransparência” onde relaciona o papel do cidadão enquanto consumidor e o limite que esse papel impõe ao desenvolvimento da sociedade, na medida em que o cidadão não se relaciona com o poder instituído do ponto de vista político e sim pela regulação do mundo do trabalho. A compensação ao trabalhador se dará com o retorno do seu esforço através de serviços oferecidos pelo Estado.

A compensação funciona apenas se o papel de assalariado por tempo integral converter-se em norma. Pelos encargos, que continuaram associados ao status acolchoado do trabalho remunerado dependente, o cidadão é indenizado em seu papel de cliente da burocracia do Estado de bem-estar com pretensões de direito, e em seu papel de consumidor de bens de massa com poder de compra.(HABERMAS, 1987, p. 107).

Se a condição para existir igualdade na defesa pelos interesses políticos é uma maior igualdade econômica, a percepção de Jean-Jacques Rousseau e de Jürgen Habermas sobre a realidade das pessoas na vida em sociedade torna a isocracia uma meta distante. Um dos pressupostos que serão trabalhados na pesquisa de campo é de que maneira as associações atuam do ponto de vista participativo: a primeira possibilidade é de que a associação atue diretamente para exercer os interesses políticos de segmentos sociais que representam; outra possibilidade é de que a associação atue para reduzir as desigualdades sociais e econômicas, possibilitando que seus públicos de interesse possam, em algum momento, se sentirem mais próximos do ideal político de igualdade e de defesa dos seus próprios interesses.

2.3–A Participação política e a sua relação com a democracia

Autores como Boaventura Santos possuem uma avaliação negativa sobre o modelo representativo ao mesmo tempo em que são favoráveis ao modelo participacionista, cogitando inclusive uma maior complementariedade entre os dois modelos democráticos:

O modelo hegemônico de democracia (democracia liberal representativa), apesar de globalmente triunfante, não garante mais que uma democracia de baixa intensidade baseada na privatização do bem público por elites mais ou menos restritas, na distância crescente entre representantes e representados e em uma inclusão política abstrata feita de exclusão social. Paralelamente a este modelo hegemônico de democracia, sempre existiram outros modelos, como a democracia participativa ou a democracia popular, apesar de marginalizados ou desacreditados. (SANTOS, 2002, p. 32)

Por sua vez, BRELAZ (2007), ao citar TENÓRIO (2007), descreve uma forma de “alargamento” da sociedade à partir de uma aproximação entre representação e participação, sem especificar a forma como essa aproximação poderá ocorrer em termos pragmáticos:

O que se pretende mostrar [...] são as limitações da democracia representativa para justificar que um processo de alargamento da democracia na sociedade contemporânea pode ocorrer por meio de uma integração da democracia representativa e da democracia participativa [deliberativa], pois não existe propósito em abandonar o mecanismo de democracia representativa [...] A questão que se impõe não é “eleitos” versus “eleitores”, mas sim a possibilidade de exercício de uma administração pública ampliada, em que as questões da sociedade não sejam apenas objeto de gestão de gabinetes ou de plenários, porém de processos democráticos nos quais todos os interessados têm vez na decisão (TENÓRIO, 2007, p.110).

Paulo Resende, citando NAVARRO (1999), apresenta um conjunto de teóricos a favor da complementariedade entre representação e participação, avançando em alternativas de participação, tais como: integração entre os poderes instituídos e as associações participativas, criação de espaços na comunidade para discussão das questões públicas, ampliar a questão da participação para além do âmbito político, promovendo a discussão dos problemas da sociedade:

Navarro identifica en la literatura científica tres estrategias para esta complementación: pluralista, deliberativa y expansionista. La primera trataría de “aumentar la interrelación entre los grupos de intereses y las instituciones representativas” y estaría expuesta principalmente por Kelso (1978), Dahl (1989) y Hirts (1994). La segunda postularía “la creación de ámbitos en los que la ciudadanía puede llegar a definir los intereses de la comunidad mediante la deliberación y la discusión pública”. Algunos de sus exponentes serían: Barber (1986) y Mouffe (1999). La tercera estrategia ve en la “expansión de la democracia desde el ámbito político a otras esferas sociales la base sobre la que desarrollar una democracia, o más aún, una sociedad participativa, medio por el que romper el círculo vicioso de la participación, en el que las desigualdades económicas y sociales se transfieren al ámbito político. (RESENDE, 2012, p. 72-73)

Em sua crítica aos participacionistas, Francisco Ferraz descreve um conjunto de implicações inerentes ao modelo de intervenção democrática direta:

Imaginem (os executores das ações diretas) que enfraquecendo os representantes eleitos e estabelecendo uma relação direta com a população os problemas sociais serão resolvidos [...] pensam que podem ignorar as leis, que são instrumentos ultrapassados de gestão pública; [...] desconhecem as consequências dessa falta de controle institucional; [...] acreditam que as decisões públicas poderão ser tomadas por pessoas comuns.” (FERRAZ, 2015, p. 189)

É possível identificar nestes argumentos que esse autor faz à democracia direta as mesmas críticas realizadas por Joseph Schumpeter:

Quando aceitamos todas as suposições feitas por essa teoria da política (Teoria clássica), a democracia, na verdade, adquire significado perfeitamente inequívoco, e não há qualquer problema com ela, exceto o de como levá-la a efeito. (SCHUMPETER, 1984, p. 314)

Nenhuma democracia resolverá os problemas de participação política enquanto houver desigualdade econômica. Pelo mesmo motivo, a democracia participativa não tem condições institucionais e nem de mobilização social que permita uma sustentação de suas premissas básicas. As ações diretas de participação que ocorreram e ocorrem (orçamento participativo, por exemplo)

se esvaziam pela pouca autonomia de execução e capacidade de alterar as realidades sociais na qual os representados se encontram (VITULLO, 2009).

A população se vê limitada pelo próprio modelo de funcionamento da estrutura política em sociedade, especialmente no que tange a sua inserção (capital trabalho) no modelo de produção capitalista, se relacionando com o setor público no papel de clientes e não de corresponsáveis pela estrutura em funcionamento.

Se por um lado um lado a democracia representativa não atende aos anseios populacionais, por outro a democracia participativa carece de modelos mais amplos de execução. Nesse contexto, o pressuposto apresentado no próximo capítulo é que a participação da população pode ocorrer em esferas tão diversas quanto a sua própria diversidade social, existindo formas alternativas para a participação que podem ser tão úteis quanto as vias institucionais. A investigação sobre o associativismo poderá contribuir para aprofundar essa discussão, pois a vida em sociedade atingiu um grau de complexidade nas relações sociais que a participação política pode ser exercida através de um prisma heterogêneo de áreas de atuação, tanto numa perspectiva quantitativa de atuação (número de associações) quanto numa perspectiva qualitativa (temas e debates levantados), permitindo que a participação se dê em esferas tão importantes quanto desconhecidas. Esse é o argumento sob o qual se analisará o associativismo como forma de poder político.

Cap. 3-A complexidade do mundo contemporâneo na relação entre a sociedade civil e os poderes governamentais

O capítulo 3 tem como objetivo contextualizar a relação entre as pessoas e os poderes instituídos em um mundo cada vez mais complexo. Entende-se como complexidade o aumento na quantidade de possibilidades de conexões que as pessoas podem realizar no desenvolvimento de suas relações sociais e profissionais:

A palavra *complexus* significa “o que está ligado, o que está tecido”. É esse tecido que precisamos conceber. O adjetivo complexo (do latim *plecto*, *plexi*, *complector*, *plexus*: tecido, trançado, enroscado, mas também cingido, enlaçado, apreendido pelo pensamento). Em seu uso trivial complexo, torna-se sinônimo de complicado (*plico*, *are*, *dobrar*), algo embrulhado à espera de simplificação. (LIMA, 2006, p. 138)

Parte-se do pressuposto que essa complexidade é uma das causas da criação de um mecanismo incessante de novas demandas das pessoas na sua relação com os poderes instituídos, assim como é uma das condições para a heterogeneidade na constituição do movimento associativo citado tanto por Daniel CEFAÏ quanto por Ligia LÜCHMANN.

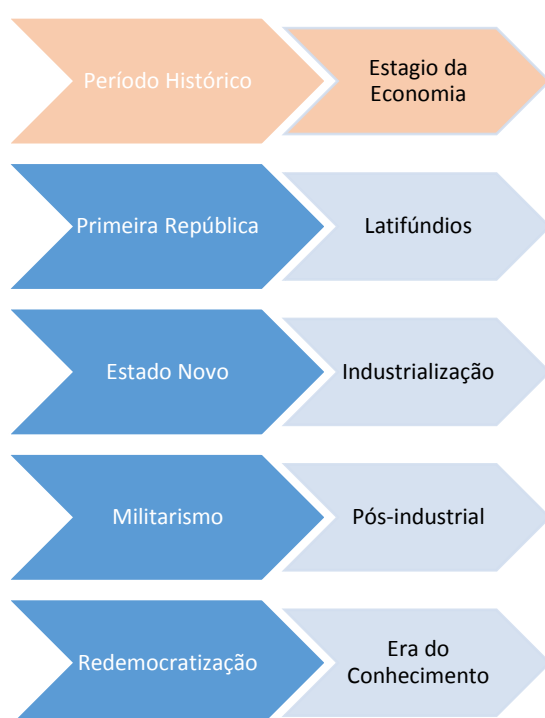
É com esse olhar que este capítulo dissertará sobre a relação entre a sociedade e os poderes governamentais na perspectiva histórica, através da contribuição de Décio Azevedo e João Gualberto Vasconcellos; numa perspectiva participativa e de cidadania através da análise de José Murilo de Carvalho e Marta Lagos; e com relação aos desafios institucionais lançados pela sociedade aos poderes instituídos com Adrian GurzaLavalle.

Numa outra vertente, a complexidade será tratada enquanto processo presente no modo de produção capitalista com desdobramentos na forma como as pessoas se relacionam entre si e em relação aos poderes instituídos. Para tanto, serão utilizados autores como Igor Ansoff, David Harvey e Pierre Bourdieu.

3.1 –As características da participação política no Brasil numa perspectiva histórica

Décio Azevedo Marques, em seu livro “A questão da evolução da cidadania política no Brasil”, faz um extenso relato histórico associando política e economia, agrupando a sua análise em períodos temporais que caracterizam a relação da política com as formas econômicas hegemônicas.

Figura 1 – Comparativo entre o período histórico e o estágio da economia



Fonte: elaboração do autor

O autor afirma que “a instabilidade da cidadania política no Brasil republicano se deveu em última instância ao caráter retardatário, dependente e consequentemente acelerado do processo de desenvolvimento do capitalismo no país.” (DECIO, 2001, p. 497).⁸

⁸O autor não trata especificamente dos dois últimos tópicos, se tratando de uma inserção deliberada do autor dessa dissertação para manter a continuidade do raciocínio.

Na primeira república a relação entre o cidadão e sua participação ocorreu por intermédio de uma figura política fundamental para a época, o coronel: grandes proprietários rurais com muita influência financeira, econômica e coercitiva sobre os cidadãos, nas regiões onde atuavam. Era por intermédio desses coronéis que a participação política do cidadão ocorria, ou seja, uma forma de representação que nada lembra uma participação política real. (GUALBERTO 1995).

No período do Estado Novo, mesmo considerando o período ditatorial (Getúlio Vargas entre os anos de 1937 a 1945), a relação entre política e economia ocorreu em função do processo de industrialização da estrutura produtiva do país, especialmente no estado de São Paulo. Foi o período da Consolidação das Leis do Trabalho, da formação dos grandes centros urbanos, da formulação e execução de política econômica através do planejamento governamental. A participação aqui ocorreu mais pela representação do cidadão através das garantias sociais e trabalhistas, que se apresentou como a estratégia governamental para atrair a massa de pessoas vindas da área rural do país.

A situação de exceção democrática que ocorreu no regime militar não permite análises mais detalhadas do período, até porque a dissertação trata de democracia. Não obstante, fato interessante é que mesmo sob o regime repressivo do militarismo foi possível ao cidadão exercer a sua cidadania - mesmo que de maneira limitada e à partir da segunda metade do período militar para o final. Novamente se estabelece a conexão entre economia e política através das relações produtivas, na medida em que as principais ações de representação ocorrem na perspectiva sindical trabalhista de São Paulo, isso já no final da década de 1980.

O período da abertura política coincide com o mundo pós-industrial, com o fim da guerra fria em função da queda do regime socialista soviético e, notadamente, marcado pela era da tecnologia e da globalização. Essa época que se estende até os dias atuais são marcados por intensa segmentação e

complexificação da sociedade, com o aumento da renda, da qualidade de vida e do livre acesso à tecnologia sendo os principais determinantes no novo perfil de cidadania e representação política.

Essa análise sobre a relação entre participação e decisões políticas foi realizada por Marta Lagos, que em seu artigo “A máscara sorridente da América Latina”, trata de aspectos socioculturais das democracias latino-americanas, mostrando as dificuldades dos processos de consolidação dos vários países quanto aos problemas institucionais e políticos, com foco nos traços comuns da cultura política na região. A autora afirma que:

A falta de participação política implica em influência política desigual. Os mais pobres e menos educados tendem a não tomar parte na política, e não têm muita influência. Em culturas políticas “submissas”, a maioria das pessoas apoiam a elite governante e identificam-se mais com o regime autoritário. Nas democracias, em contraste, os cidadãos controlam a elite política e a elite tenta antecipar as consequências possíveis das ações dos cidadãos. (LAGOS, 2000, p. 7-8)

Nessa perspectiva, o conceito de liberdade política está diretamente associado às garantias e direitos civis, vinculando a relação política com o modo de produção hegemônico:

Como as liberdades civis, as liberdades políticas apresentam um aspecto real: elas tornam possível às classes trabalhadoras exercerem influência periférica e marginal sobre os processos de tomada das macrodecisões, por participação independente na escolha dos governante. (MARQUES, 2001, p.382).

José Murilo de Carvalho, ao analisar o conceito de cidadania na perspectiva da cultura do povo brasileiro, cita dois parâmetros de análise criados por Bryan Turner: o primeiro através do conceito de cidadania formada de baixo pra cima (com movimentos originados na sociedade em direção ao Estado) e de cima pra baixo (onde as ações de cooptação cidadã partem do Estado em direção a sociedade); o segundo parâmetro de análise faz referência ao conceito de público e privado. Através destes conceitos é possível criar 04 parâmetros de avaliação: os movimentos de formação cidadã de baixo pra cima na perspectiva

pública (onde o autor cita a França como exemplo); os movimentos de formação cidadã de baixo para cima na perspectiva privada (tendo os EUA como exemplo); os movimentos de formação cidadã de cima para baixo na perspectiva pública (a Inglaterra) e por fim os movimentos de formação cidadã de cima para baixo na perspectiva privada (o caso da Alemanha). O próprio autor afirma a dificuldade em caracterizar o Brasil através destes quatro parâmetros, transitando o caso brasileiro numa formação cidadã de cima para baixo na perspectiva pública.

Paralelamente, o autor traz para a análise da formação cidadã do Brasil a contribuição de Almond e Verba (CARVALHO 1996), distinguindo 03 tipos de cultura cívica: a paroquial (localista), a súdita e a participativa. O autor soma um quarto tipo, a cultura cívica, que seria a união das 03 primeiras tipologias. A cultura paroquial se desdobra numa postura de alienação por parte da população, a cultura súdita se desdobra num sistema político diferenciado e a cultura participativa se desdobra no indivíduo como membro ativo do sistema político.

Soma-se a esse processo na formação da cultura cidadã uma outra forma de relação entre sociedade e poderes instituídos, determinada especialmente pelas condições da vida moderna. LAVALLE (2003), partindo também do conceito de cidadania trabalhado apresentado por CARVALHO (1996), trabalha o conceito de forças desestabilizadoras para a formação e manutenção da cultura cidadã, onde “trata-se da capacidade do Estado para institucionalizar volumes conflitantes de interesses populares, e para impor as decisões vinculantes exigidas por tal institucionalização.” (LAVALLE, 2003, p. 80).

O autor analisa a construção das sociedades através do binômio igualdade e diferença. E nessa perspectiva, fala de uma combinação complexa de fatores que exigem efetiva ação pública, ao mesmo tempo em que limita o alcance dessas mesmas ações, citando: a vulnerabilidade financeira e migratórias das fronteiras nacionais, a redefinição do papel do Estado e da nova agenda social.

Por outro lado, fala da desestabilização da cidadania, tratando-a numa perspectiva de diferenciação social e mudanças no padrão sociocultural das pessoas na sociedade.

Todo esse contexto em retrospectiva da formação cidadã no Brasil, somando-se ao desafio atual da nova agenda social na relação entre Estado e sociedade, determina um caráter de complexidade na governança do espaço público e na interação entre o poder instituído e a sociedade civil. É nesse contexto que se faz premente analisar a função e a importância do associativismo nessa mesma relação de poder entre as instituições e a sociedade civil. Abaixo seguem alguns tópicos que procuram dissertar sobre fatores que caracterizam essa complexidade do mundo atual.

3.2 - A complexidade do mundo atual: um novo momento para a representação política

Utilizando-se da proposta de Igor Ansoff⁹, em sua introdução sobre modelos de análise de cenários sociais diz que o período atual da nossa sociedade pode ser chamado da Era do Conhecimento (ou período pós-industrial), em função basicamente das seguintes características: aumento da renda das famílias (proporcionando maior satisfação das necessidades individuais), aumento considerável do nível médio de escolaridade (permitindo maior leitura e inserção no mundo social) e maior acesso à tecnologia (o que permite mais acesso à informação). Todos esses fatores somados, segundo o autor, aumenta o nível de exigência da população em vários aspectos, que enxerga de maneira ampliada o prisma de necessidades que precisam ser resolvidas¹⁰. Por exemplo, um dos desdobramentos desse novo perfil de cidadão é o surgimento do conceito de Responsabilidade Social, na qual a população exige

⁹Igor Ansoff é um austríaco radicado nos estados unidos. Físico por formação, adotou a análise de ambientes sociais como principal ferramenta para análises de cenários. Considerados um dos "pais" do planejamento estratégico moderno, Ansoff trouxe conceitos importantes que poderão ser utilizadas na análise sobre o novo momento vivido entre a população e o setor público.

¹⁰ Para maior aprofundamento sobre a pirâmide de necessidades, ler Abraham Maslow, sobre a Teoria das necessidades humanas.

uma maior preocupação das empresas com relação aos impactos das suas respectivas atividades produtivas.

A tecnologia afeta fundamentalmente tanto a oferta quanto a procura. [] A elevação do poder aquisitivo do consumidor gera dúvidas sobre o crescimento econômico como principal instrumento de progressão social. As aspirações sociais transferem-se da quantidade para a qualidade de vida. (ANSOFF, 1993, p. 29)

Segundo Igor Ansoff, o mundo atual se tornou mais complexo e dinâmico, onde o impacto da tecnologia afeta de maneira considerável tanto a oferta quanto o consumo de bens e serviços na sociedade. A tecnologia alterou o padrão de relacionamento do indivíduo com o modo de produção. Especialmente, a tecnologia alterou o padrão de relacionamento do cidadão com a comunicação, afetando seu modo de vida drasticamente.

Essa alteração no padrão de relação entre o cidadão e a sua vida em sociedade, assim como os desdobramentos inerentes a tal alteração está presente na obra de Jürgen Habermas, que ao discutir sobre o papel da sociedade civil, traz consigo o conceito de esfera pública de discussão política:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdo, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz à partir do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana. (HABERMAS, 1987, p. 92).

A contribuição deste autor se concentra na característica do agir comunicativo da sociedade moderna, especialmente com relação à utilização da tecnologia como forma de integração social.

Harvey(2011)em seu livro “Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”, fala da transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX; da relação entre estética (aparência) e ética (conteúdo). Quando trata da lógica transformativa e especulativa do capital, onde o autor apresenta-o como um processo capaz de transformar a sociedade em que está inserido, por ser um modo dinâmico e revolucionário de organização social. Para David Harvey, não é possível dissociar a lógica cultural da lógica econômica. E um dos pressupostos dessa dissertação é que essa lógica cultura esteja presente na relação de poder entre as associações e os poderes instituídos.

O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incessantemente a sociedade em que está inserido...[] Costuma-se considerar a vida cultural um plano exterior a essa lógica capitalista...[] a vida cultural, num número cada vez maior de áreas, vai ficando ao alcance do nexos do dinheiro e da lógica da circulação do capital. (HARVEY, 2011, p. 307)

Os autores citados e suas respectivas perspectivas analíticas estudam em que medida a complexidade do mundo atual alterou o padrão de comportamento do cidadão. Ou, por outro lado, em que medida o padrão de comportamento do cidadão alterou a estrutura de funcionamento do mundo atual. Independente da relação de causa e efeito inerente ao tema, o fato concreto é que a sociedade atual está mais complexa e essa complexidade afeta não apenas o modo de vida do cidadão, mas afeta sobretudo a relação entre esse mesmo cidadão e o mundo que o cerca. Não é possível analisar a relação entre o indivíduo e a sua participação política sem considerar esse novo ambiente social na qual esse indivíduo está inserido. Não é possível retirar da análise acadêmica e científica os impactos da vida moderna na relação desse indivíduo com o setor público e a sua capacidade de participação e de representação. Não obstante, toda a análise realizada no primeiro capítulo (especialmente no que tange a crise de representação política que o modelo

hegemônico enfrenta atualmente, como já demonstrado) guarda relação direta com esse novo momento da vida em sociedade.

A discussão que se pretende fazer ao trazer essas perspectivas teóricas sobre o mundo contemporâneo é que, diferente daquela análise histórica sobre a sujeição da representação política ao capital, atualmente é possível pensar, planejar e agir em paralelo ao sistema econômico vigente. Todo o contexto de melhoria na renda e na qualidade de vida das famílias, do aumento da escolaridade e sobretudo pelo livre acesso à informação proporcionado pela internet permite que hoje se participe e se encontrem formas de representações políticas efetivas.

Por outro lado, é necessário destacar o impacto relativo deste efeito da tecnologia da informação nos movimentos sociais. Nem todas as pessoas da sociedade possuem acesso à tecnologia. E destes que possuem, nem todos conseguem fazer uso adequado desta ferramenta. Esse efeito das classes sociais sobre os movimentos políticos em função da internet pode ser medido através da pesquisa de opinião realizada pelos professores e alunos da Universidade Vila Velha na manifestação ocorrida em 16 de agosto de 2015 (Programa do Mestrado em Sociologia 2015), na qual 73% dos participantes ficaram sabendo do movimento através da internet e redes sociais. Esses participantes informaram um perfil de renda familiar mensal onde 61% ganham R\$ 4 mil ou mais; 57% com nível de ensino superior e pós-graduação; e 63% indicando como atividade profissional serem profissionais liberais, empresários, funcionários públicos ou de empresas privadas. Essas informações caracterizam um participante na referida mobilização com um perfil social completamente diferente do cidadão típico da Grande Vitória, ou mesmo da cidade de Vitória, onde se realizou o evento.

3.3 - O conceito de capital e espaço social

O olhar de Pierre Bourdieu comporta a diferença. Comporta uma perspectiva mais ampliada de enxergar a sociedade. O olhar de Pierre Bourdieu não se restringe a uma leitura econômica das classes sociais. Não faz da desigualdade econômica uma barreira para agrupar interesses políticos. Os interesses políticos também são interesses econômicos, porém a ampliação do conceito de capital realizada pelo autor também amplia a possibilidade de articulação de interesses entre os cidadãos por tipos de afinidade que não necessariamente passam unicamente pelo aspecto econômico. Não basta olhar para as diferenças de classes sociais, é preciso entender quais são os *habitus* dos segmentos sociais:

As classes sociais não existem (ainda que o trabalho político orientado pela teoria de Marx possa ter contribuído, em alguns casos, para torná-las existentes, ao menos através das instancias de mobilização e dos representantes). O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer.” (BOURDIEU, 1996, p. 26-27)

E nesse momento autor tangencia a prática do associativismo e da representação através do conceito de Espaço Social, mesmo que num primeiro momento não o faça com ênfase na questão política:

Dito isso, se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais tem a fazer, a construir, individual e sobretudo coletivamente, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social, como parecem acreditar alguns etnometodólogos: a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conserva-lo ou transforma-lo.” (BOURDIEU, 1996, p. 27)

A cultura de participação política do cidadão comum sempre esteve condicionada (e subjugada) à força hegemônica do modo de produção da época e das forças políticas que surgem dessa. O desafio diante da complexidade do mundo atual é entender de que maneira o modelo de representação política poderá de fato representar os interesses que emanam da sociedade. É nessa perspectiva que esta dissertação trouxe os conceitos de Capital e Espaço Social desenvolvidos por Pierre Bourdieu. Procurando trabalhar com um modelo que permita enxergar as relações sociais de forma mais ampliada, para além das questões econômicas, e dessa maneira tentar superar o obstáculo que a ausência de igualdade econômica traz para se pensar na possibilidade de uma igualdade na defesa dos interesses políticos. O objetivo é realizar uma investigação da realidade empírica e analisar as características da livre associação e participação política no Brasil contemporâneo.

Ademais, o conceito de capital social valoriza a relação do cidadão com o seu próximo e com a própria sociedade, na medida em que trabalha com as histórias e as características da cultura do indivíduo na formação da cidadania (capital cultural), com as relações de poder formada à partir da rede de relacionamento montada pelos cidadãos (capital social), com a possibilidade de se sentir representado e de representar parcelas importantes da população (capital político) e, não menos importante, a capacidade do cidadão de entender o mundo ao seu redor e procurar intervir na defesa dos seus interesses (capital intelectual).

Cap. 4 – O Associativismo no Brasil pós Constituição de 1988, uma visão estrutural das associações

Este capítulo terá como base uma pesquisa exploratória, que tem como objetivo coletar, organizar e analisar as informações que caracterizem o associativismo no Brasil. Nessa processo de busca, o principal documento encontrado é o estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – FASFIL (IBGE 2010). Na intenção de melhorar a leitura e análise, esse estudo será identificado como Estudo Fasfil (EF) uma vez que será citado ao longo de todo o relatório.

Realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), numa parceria com a Associação Brasileira e Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), este estudo teve como objetivo mapear o universo associativo e fundacional, no que se refere a sua finalidade de atuação e distribuição geográfica no Brasil.

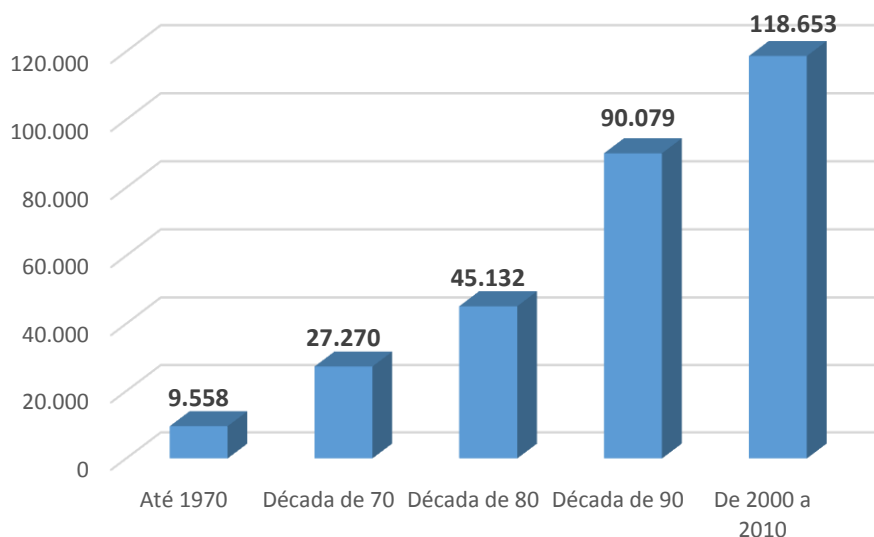
As quatro instituições supracitadas serão as referências informacionais para a análise que segue. Aqui vale destacar dois aspectos com relação a produção de informações no setor de associativismo: o reconhecimento ao trabalho dessas instituições na produção mínima de informações do setor e, ao mesmo tempo, da constatação que essa mesma produção precisa de mais apoio, em função especialmente da importância do setor associativista para o desenvolvimento da democracia no país.

Sempre que possível a análise segmentará os dados específicos para o Estado do Espírito Santo, foco da segunda etapa do trabalho de campo.

4.1 – Características do associativismo no Brasil

O IBGE disponibiliza em seu site uma série histórica que abrange todo o século XX (1900 a 2000) sobre a evolução das associações no Brasil. É a mesma base de dados utilizada por Leonardo Avritzer em sua análise histórica sobre o associativismo no Brasil, uma vez que as informações remetem a instituições ligadas à saúde e à religião. Somente a partir da segunda metade do século XX é que a classificação das associações passa a ser feita com detalhamento e caracterizações sobre a sua área de atuação. Como o Estudo Fasfil (EF) faz uma retrospectiva à partir da década de 70, é possível supor que este é o período onde, de fato, é possível fazer uma análise mais pormenorizada do setor no país¹¹.

Gráfico 3 – Evolução no número de Associações no Brasil -Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as faixas de ano de fundação



Fonte: IBGE – Estudo FASFIL 2010.

¹¹ Para aqueles que pretendem aprofundar ou conhecer as informações do IBGE em sua origem, segue o endereço digital: <http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/associativismo.html>

Segundo o EF, em 2010 o Brasil totalizou 290.692 associações devidamente registradas. É importante registrar que em 2006 o IBGE, em função de exigências de comparação entre as instituições nacionais e internacionais, assim como para abrir a possibilidade de novas formas de captação de recursos vindos do exterior, realizou uma reclassificação das associações sem fins lucrativos, o que provocou uma redução de aproximadamente 556 mil associações para o total de 290.662¹².

Analisando as informações contidas no gráfico 3 com a evolução do número de associações, é possível identificar que do total de 290.662 associações, as associações fundadas à partir da década de 90 são da ordem de 208.732, o que representa uma proporção de 71,8% de todas as fundações em atividade no país, ou seja, quase a maioria absoluta das associações nascem à partir das leis contidas na Constituição de 1988, fortalecendo a prática associativa no Brasil.

É possível refinar esse universo de 290.662 associações, na medida em que o EF disponibiliza o quadro de funcionamento por finalidade de atuação.

¹²Para ler o detalhamento das alterações nos critérios de classificação, ler: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes Privadas e Associacoes/2010/fasfil.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf)– Notas técnicas

Tabela 8 – Associações por finalidade de atuação - Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos

Grupos	Nº Associações	(%)
Habitação	292	0,10
Saúde	6.029	2,07
Cultura e Recreação	36.921	12,70
Educação e Pesquisa	17.664	6,08
Assistência Social	30.414	10,46
Religião	82.853	28,50
Partidos Políticos, Sindicatos, Associações patronais e profissionais	44.939	15,46
Meio Ambiente e proteção animal	2.242	0,77
Desenvolvimento e Defesa de direitos	42.463	14,61
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	26.875	9,25
Total	290.692	100

Fonte: Estudo Fasfil 2010

A heterogeneidade é a palavra que define o universo de associações no Brasil, com destaque para a religião (28,5%), para os partidos políticos e associações patronais/sindicais (15,4%), e Desenvolvimento e Defesa de direitos (14,6%).

Pensando na criação de alguns indicadores de desempenho, e considerando que em 2010 o Brasil contava com aproximadamente 190 milhões de pessoas, é possível trabalhar com a proporção 01 associação para cada grupo de 656 pessoas em nível nacional. Analisando em perspectiva os Estados brasileiros, temos a seguinte classificação:

Tabela 9 – Proporção de associações por pessoas, segundo classificação por Unidade da Federação

Localizações	Nº de FASFIL	População	Relação Pop/FASFIL	(%)
Brasil	290.662	190.755.799	656	100,00
Norte	14.128	15.864.454	1.123	4,86
Rondônia	2.373	1.562.409	658	0,82
Acre	738	733.559	994	0,25
Amazonas	2.360	3.483.985	1.476	0,81
Roraima	332	450.479	1.357	0,11
Pará	6.187	7.581.051	1.225	2,13
Amapá	391	669.526	1.712	0,13
Tocantins	1.747	1.383.445	792	0,60
Nordeste	66.529	53.081.950	798	22,89
Maranhão	6.648	6.574.789	989	2,29
Piauí	4.276	3.118.360	729	1,47
Ceará	13.002	8.452.381	650	4,47
Rio Grande do Norte	4.153	3.168.027	763	1,43
Paraíba	5.628	3.766.528	669	1,94
Pernambuco	8.933	8.796.448	985	3,07
Alagoas	2.282	3.120.494	1.367	0,79
Sergipe	2.782	2.068.017	743	0,96
Bahia	18.825	14.016.906	745	6,48
Sudeste	128.619	80.364.410	625	44,25
Minas Gerais	36.759	19.597.330	533	12,65
Espírito Santo	6.393	3.514.952	550	2,20
Rio de Janeiro	25.881	15.989.929	618	8,90
São Paulo	59.586	41.262.199	692	20,50
Sul	62.633	27.386.891	437	21,55
Paraná	20.739	10.444.526	504	7,14
Santa Catarina	16.517	6.248.436	378	5,68
Rio Grande do Sul	25.377	10.693.929	421	8,73
Centro-Oeste	18.783	14.058.094	748	6,46
Mato Grosso do Sul	3.733	2.449.024	656	1,28
Mato Grosso	4.070	3.035.122	746	1,40
Goiás	6.609	6.003.788	908	2,27
Distrito Federal	4.371	2.570.160	588	1,50

Fonte: Estudo Fasfil 2010 – Elaboração do autor

Os dados da tabela 9 permitem extrair algumas constatações. Considerando a relação população x associações, é possível afirmar que quanto menor o

resultado desta relação, maior é a presença de associações na referida localização. Tomando esse conceito como parâmetro, é possível afirmar que a Região Sul é a mais ativa do ponto de vista associativo, apresentando o indicador de 437 pessoas por associação. Em contrapartida, a Região Norte apresenta o maior indicador (1.123), apresentando uma baixa atividade associativa do ponto de vista de quantidade de associações. O Estado com a maior postura de prática associativa é Santa Catarina (378) e o Estado com a menor postura é Amapá (1.712). A relação de pessoas por associação é um indicador de desempenho que pode contribuir para a identificação de práticas associativas de sucesso, assim como pode ser utilizado como uma referência para identificar os estados deficitários e conhecer as razões por apresentarem taxas tão díspares entre si.

O Espírito Santo aparece 5º lugar (550), ficando atrás apenas dos 03 Estados da Região Sul e de Minas Gerais. O Espírito Santo tem maior atividade associativa que a média do país (656) e que a média da própria região Sudeste (625).

Relacionando esse resultado de participação com a teoria da cultura cívica descrita por José Murilo de Carvalho, a cultura participativa coloca o indivíduo como membro ativo do sistema. Nessa perspectiva, é possível afirmar que o Espírito Santo possui uma cultura de participação associativa alta, ficando atrás apenas de Minas e os Estados da Região Sul, Estados com tradição em reivindicações e defesa de interesses ao longo de sua história.

Torna-se importante informar que essa pesquisa exploratória procurou dados internacionais para posicionar o nível de associativismo do Brasil no mundo, não sendo possível localizar tal informação.

Por outro lado, esse indicador quantitativo não expressa qualitativamente a atuação das associações em seus respectivos Estados e áreas de atuação. Os mais críticos podem afirmar que ter mais ou menos associações por habitante não necessariamente significa uma postura proativa no campo associativo. Apesar desta consideração ter a sua validade, o fato é que na

ausência de informações que traduzam a dinâmica do setor, ter indicadores que funcionam como parâmetros de avaliação é sempre útil.

Voltando para os resultados da pesquisa exploratória, e num esforço de refinar as associações dentro do foco desta dissertação, será considerada apenas a categoria “desenvolvimento e defesa de direitos” para análise, sob a justificativa de que o referencial teórico trabalha a atuação da associação enquanto instrumento de participação política. E nesse aspecto esta categoria “desenvolvimento e defesa de direitos” encontra as seguintes subclassificações.

Tabela 10 – Subclassificação da categoria “Desenvolvimento e defesa de direitos”

Subclassificações	Nº associações	(%)
Associações de Moradores	13.101	30,9
Centros e associações comunitárias	20.071	47,3
Desenvolvimento Rural	1.522	3,6
Emprego e treinamento	507	1,2
Defesa de direitos de grupos e minorias	5.129	12,1
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2.133	5,0
Total - Desenvolvimento e defesa de direitos	42.463	100

Fonte: Estudo Fasfil 2010Elaboração do autor

Utilizando como perspectiva o conceito de participação política, apenas a subclassificação “emprego e treinamento” não poderia ser considerada dentro do escopo de análise desta dissertação. Por outro lado, utilizando um critério de classificação mais rigoroso, utilizar-se-ia, para efeito de análise, apenas a subclassificação “defesa de direitos de grupos e minorias”.

Segundo o IBGE, estão contidas nessa classificação:

- ✓ As associações de defesa de direitos das mulheres, de crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas portadoras de vírus HIV, negros, população indígena, GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros);

- ✓ As associações de donas de casa;
- ✓ As associações de estudantes e os diretórios acadêmicos;
- ✓ As associações de veteranos e de aposentados; e
- ✓ As associações de anistiados.

O rigor na determinação do conceito de associação tem implicações tanto na continuidade da análise exploratória quanto na segunda etapa da pesquisa de campo, que seja a escolha das associações que farão parte dos estudos de caso no Espírito Santo. E assim, a decisão é de ser o mais rigoroso possível na definição do público alvo desta pesquisa, adotando como objeto de pesquisa as associações de defesa de grupos e de minorias.

A única ressalva que se faz é, quando da delimitação das associações entrevistadas na etapa qualitativa, na impossibilidade de classificação através dos critérios definidos, utilizar-se-á a categoria “outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos”.

Como já mencionado, a definição da categoria “desenvolvimento e defesa de direitos” como objeto de estudo ocorre em função da relação direta entre a classificação do IBGE e o conceito de associativismo abordado nesta dissertação. As classificações utilizadas no estudo do IBGE sobre as FASFIL foram detalhadas na introdução desta dissertação¹³: Habitação; Saúde; Cultura e Recreação; Educação e Pesquisa; Assistência social; Religião; Partidos políticos. Sindicatos e Associações patronais; Meio ambiente e proteção ambiental e Outras formas de associação.

Uma vez definido o público alvo e retomando a análise sobre o setor associativo no Brasil, é possível identificar uma concentração destas instituições na região Sudeste.

¹³ Especificamente entre as páginas 29 a 31

Tabela 11 - Nº de associações da categoria “Desenvolvimento e defesa de direitos”, segundo as regiões do país

	Nº de associações	(%)
Brasil	5.129	100
Norte	203	3,96
Nordeste	1.610	31,39
Sudeste	1.750	34,12
Sul	1.298	25,31
Centro-Oeste	268	5,23

Fonte: Estudo Fasfil 2010Elaboração do autor

Diferente do quadro geral nacional apresentado pelas organizações como um todo, quando analisamos especificamente o quadro de associações no desenvolvimento e defesa de direitos, as regiões Sudeste e Nordeste se destacam em comparação às demais. Esse refinamento na análise por subclassificações permite enxergar realidades diferentes entre as regiões do país, o que novamente qualificaria uma prática de fomento e estímulo à prática associativa nacional, através da identificação de fragilidades e potencialidades regionais. Esse estudo sugere que podem existir vocações associativas em cada Estado brasileiro que precisam ser identificadas e potencializadas.

No Espírito Santo, o quadro de associações se apresenta da seguinte forma:

Tabela 12 – Nº de associações da categoria “Desenvolvimento e defesa de direitos” no Espírito Santo

Subclassificações	Nº de Associações	(%)
Associação de Moradores	281	48,3
Centros e Associações comunitárias	156	26,8
Desenvolvimento rural	24	4,1
Emprego e treinamento	13	2,2
Defesa de direitos de grupos e minorias	55	9,5
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	53	9,1
Desenvolvimento e defesa de direitos	582	100

Fonte: Estudo Fasfil 2010Elaboração do autor

Mesmo considerando que comparativamente aos demais estados a prática associativa no Espírito Santo é uma das maiores do país, em números absolutos se percebe que muito ainda precisa ser feito, pois em 2010 o Estado contava com 55 estabelecimentos dentro da categoria.

Tabela 13 – Pessoal ocupado por subclassificação e Estado, segundo o total de associações

Subclassificação	Nº de associações	(%)
Desenvolvimento e defesa de interesses	582	100
Sem pessoal ocupado	464	79,7
De 1 a 2	69	11,9
De 3 a 4	16	2,7
De 5 a 9	12	2,1
De 10 a 49	12	2,1
Acima de 50	9	1,5

Fonte: Estudo Fasfil 2010Elaboração do autor

A tabela 13 traz a distribuição das associações de desenvolvimento e defesa de interesses, no Espírito Santo, por quantidade de pessoas ocupadas (com carteira assinada). Considerando esse indicador como forma de analisar o tamanho da instituição e assim a sua estrutura, é possível afirmar que essas associações, no Espírito Santo, são de micro e pequeno porte.

Essa parte da análise exploratória permitiu a identificação de informações importantes do setor:

1. A heterogeneidade das práticas associativas no Brasil;
2. As diferenças entre as posturas associativas entre os Estados da Federação;
3. As diferenças entre as posturas associativas quando se considera cada prática associativa isoladamente;
4. O pequeno número de associações de defesa de interesses e minorias no Espírito Santo;
5. O perfil estrutural das associações, consideradas de micro e pequeno porte utilizando como critério o número de pessoal ocupado.

À primeira vista, o setor associativista no Brasil encontra-se desorganizado, com predomínio de instituições com pouca mão de obra e uma concentração de atuação nas regiões Sudeste e Sul do país.

4.2 – ABONG: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

No 1º, 2º e 3º artigos do seu Estatuto, a ABONG apresenta características que a qualificam dentro do público alvo objeto desta pesquisa exploratória. Não apenas a própria associação como as associadas que dela fazem parte. Torna-se importante descrever na íntegra esses dois primeiros artigos:

ART. 1º- A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG, fundada em 10 de agosto de 1991, é uma associação civil sem fins lucrativos e econômicos, democrática e pluralista, com duração ilimitada, com sede à Rua General Jardim, nº 660, 7º andar, no bairro Vila Buarque, município de São Paulo e foro na mesma capital do Estado de São Paulo, que se rege pelo presente estatuto, podendo ser criadas sub-sedes quando e onde se fizerem necessárias.

ART. 2º- Para efeito do disposto neste estatuto, são consideradas Organizações Não Governamentais-ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.

Parágrafo único – As entidades vinculadas a Igrejas, organizações sindicais, partidos políticos ou empresas, mesmo atendendo aos princípios gerais enunciados neste Estatuto, não serão aceitas como associadas da ABONG.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

ART. 3º- A ABONG tem por objetivos:

I - promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais, a justiça e a consolidação de uma democracia participativa;

II - consolidar a identidade das ONGs brasileiras, afirmando sua autonomia face ao Estado, aos partidos políticos, às Igrejas e aos movimentos populares;

III - defender os interesses comuns de suas associadas;

IV - estimular diferentes formas de intercâmbio, interajuda e solidariedade, inclusive financeira, entre as associadas, contribuindo para a circulação de informações, a consolidação e o diálogo com instituições similares de outros países e a informação sobre a atuação de agências governamentais e multilaterais de cooperação para o desenvolvimento;

V - combater todas as formas de discriminação, racial, étnica e de gênero, enquanto obstáculos à construção da cidadania e constituição dos direitos fundamentais;

VI - ser um instrumento de expressão, em âmbito nacional e internacional, das contribuições e propostas, opiniões e alternativas das ONGs frente ao desafio do desenvolvimento;

Parágrafo Primeiro - É vedado à ABONG avaliar projetos e intermediar a negociação de recursos das ONGs associadas

Considerando como fonte de informações os dados contidos em seu site¹⁴a ABONG apresenta o seguinte perfil do seu quadro de associados.

Tabela 14 – Distribuição das Associações por Regiões da Federação

Região	Nº de associações	(%)
Norte	18	7,53
Nordeste	92	38,49
Centro-Oeste	15	6,28
Sudeste	91	38,08
Sul	23	9,62
Total	239	100

Fonte: ABONGElaboração do autor

Comparando a representatividade geográfica das associações da ABONG com a tabela (com características censitárias) apresentados pelo EF (Estudo Fasfil), percebe-se uma proporcionalidade nacional entre as duas informações:

¹⁴www.abong.org.br

Tabela 15 – Comparativo representativo entre associações ABONG e FASFIL			
Região	FasfilValores em %		
	Geral	Defesa de Direitos	ABONG
Norte	4,86	3,96	7,53
Nordeste	22,89	31,39	38,49
Centro-Oeste	6,46	5,23	6,28
Sudeste	44,25	34,12	38,08
Sul	21,55	25,31	9,62
Total	100	100	100

Fonte: ABONG/FasfilElaboração do autor

As informações contidas na tabela 15 indica uma similaridade proporcional entre os dados oficiais da FASFIL e instituições associadas à ABONG. A exceção fica por conta do Sul, com menor representação entre as associadas ABONG. À primeira vista, a ABONG tem maior penetração no Nordeste e Sudeste que propriamente no sul do país.

Tabela 16 – Nº de associados ABONG por área temática de atuação

Temas	Nº de associações	(%)
Agricultura	28	11,7
Arte e Cultura	24	10,0
Assistência Social	23	9,6
Comunicação	11	4,6
Comércio	02	0,8
Criança e Adolescente	77	32,2
DST/AIDS	14	5,9
Discriminação Racial	10	4,2
Discriminação Sexual	07	2,9
Economia Solidária	30	12,6
Educação	77	32,2
Esporte	03	1,3
Fortalecimento ONG's e Movimentos Populares	41	17,2
Justiça e Promoção de Direitos	56	23,4
Meio Ambiente	46	19,2
Organização/Participação Popular	53	22,2
Orçamento Público	11	4,6
Questão indígena	24	10,0
Questões agrárias	10	4,2
Questões urbanas	13	5,4
Relações de Consumo	05	2,1
Relações de Gênero	42	17,6
Saúde	33	13,8
Segurança Alimentar	14	5,9
Segurança Pública	09	3,8
Trabalho e Renda	28	11,7
Outras	22	9,2
Total	239	298,3

Fonte: ABONGElaboração do autor

A tabela 16 apresenta 239 associações distribuídas em 28 categorias e indicando 713 atuações distintas, ou seja, cada associação trabalha em 03 áreas diferentes (média simples). Se comparado com os dados do Estudo FASFIL do IBGE, é possível afirmar que as associações contidas na ABONG são mais representativas do ponto de vista de suas áreas temáticas de atuação. Porém, são em número absoluto bem menor se comparado ao total de associações em atuação no Brasil.

Esse indicador de 03 áreas distintas por atuação associativa exige a busca e estudo de uma instituição típica, procurando entender melhor esse perfil. Por exemplo, o Instituto Búzios se encontra nos temas Comunicação, Discriminação Racial, Educação, Fortalecimento/Movimentos Populares, Justiça e Promoção de Direitos, Meio Ambiente, Organização/Participação Popular, Orçamento Público, Questões Urbanas e Relações de Gênero. Ou seja, essa associação atua em 10 temáticas diferentes, número 03 vezes maior que a média encontrada no setor, inclusive¹⁵.

A apresentação deste instituto traz consigo muitos dos elementos sobre cultura cívica, permitindo caracterizar o quanto a defesa dos interesses políticos se faz presente na sociedade brasileira em toda a sua história e são expressos como neste exemplo.

Ademais, em sua página principal, o Instituto Búzios possui *links* para a Biblioteca Mundial Digital, para a Memória Virtual Brasileira, História Geral da África, Biblioteca Brasileira, Domínio Público, LEXML: Leis do Brasil e Arquivos Periódicos Brasileiros, tendo esses espaços como características estarem disponíveis de forma digital. É possível enxergar um pouco da ampliação do conceito econômico que analisa as classes sociais, lembrando o conceito de espaço social de Pierre Bourdieu para além das fronteiras geográficas, com forte aplicação do conceito de capital cultural. O Instituto Búzios tem em sua coordenação geral a Sra Evani Lima da Silva, especialista em cultura e história Afro e graduada em Filosofia.

¹⁵Para mais informações acessar: www.institutobuzios.org.br

Voltando para a análise exploratória junto a ABONG, a instituição possui projetos e ações nas seguintes áreas:

Quadro 2 – Áreas e ações da ABONG

Áreas	Projetos/Ações
Reforma Política	Para reivindicar uma reforma política ampla, democrática e participativa, desde 2005, movimentos sociais, redes, fóruns, ONGs e a ABONG vêm construindo uma proposta para a reforma do sistema político no Brasil.
Marco Regulatório	A ABONG defende a implementação de um marco legal e de políticas públicas que criem um ambiente favorável e seguro para o envolvimento dos cidadãos e cidadãs em causas públicas. As organizações precisam dessas condições para mobilizar recursos junto à própria sociedade civil e, com legitimidade e transparência, acessar recursos públicos para realizar atividades relevantes para a democracia e para o bem comum
Internacional	A ABONG participa de uma série de processos internacionais ligados a redes, movimentos e organizações de ONGs ao redor do mundo. São articulações que têm por objetivo a construção de um projeto de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável, com ênfase no respeito à diversidade e no acesso aos direitos.
Transparência e Gestão	A realização da missão de nossas associadas e da própria ABONG exige a capacidade de se comunicar e estabelecer canais de diálogo com diferentes públicos. As pessoas precisam conhecer as causas das ONGs, suas atividades e resultados, suas fontes de recursos e canais de prestação de contas.
Novos Modelos de Desenvolvimento	A ABONG defende que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico. Tampouco é igual ao binômio “produtivismo-consumismo”. Desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que todos tenham vida e possam construir coletivamente o bem viver.
DHESCAs e Participação	A ABONG atua para fortalecer alianças com movimentos sociais e redes temáticas, em especial as que trabalham com questões como gênero, raça, diversidade sexual e outras lutas de menor visibilidade em nossa sociedade, na perspectiva de efetivação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCAs).

Fonte: ABONG e elaboração do autor

Percebe-se nessas linhas de atuação da instituição uma postura clara de contribuição com a democracia a partir de proposições, reivindicações, acompanhamento, projetos e cobrança na perspectiva de uma associação, em comparação aos aspectos de deliberação. Em outras palavras, a prática associativa nesse caso se aproxima mais da sociedade civil do que do aparato

estatal. As ações da ABONG estão mais próximas da sociedade do que da institucionalidade das decisões do setor público. A ABONG, pelos seus princípios relatados, não pretende participar das decisões públicas de maneira direta.

Dentre os princípios da ABONG destaca-se o de AUTONOMIA: autonomia das suas associadas e da própria ABONG em relação ao Estado, aos governos, às Igrejas e aos partidos políticos. Defendendo também a autonomia das pessoas em suas opções em relação ao seu corpo, crenças, orientação e expressão sexual. Atualmente a instituição tem no seu quadro diretivo a senhora Adriana Ramos. Nascida no Rio de Janeiro, formada em Comunicação Social, morou em Manaus entre 1991 e 1994. Trabalha no ISA em Brasília desde 1995 como assessora de políticas públicas. Atualmente é coordenadora da iniciativa amazônica e membro do Conselho Diretor do ISA.

A ABONG é uma associação que incorpora em suas ações um pouco do que Adrian GurzaLavalle citou como desestabilização da cidadania, tratando-a numa perspectiva de diferenciação social, procurando agir dentro da agenda cujo Estado encontra-se limitado. Suas formas de atuação transcendem os espaço geográficos e absorvem o conceito de espaço e capital social trabalhado por Pierre Bourdieu.

A análise exploratória, como já explica o próprio título, teve como objetivo caracterizar as ações do setor através de 02 instituições formais: o IBGE e a ABONG. O IBGE foi utilizado por ser a principal referência em informações do Brasil e a ABONG por ser uma instituição representativa do setor associativo em nível nacional. Ao longo da busca e coleta de informações, essas duas fontes apresentaram dados mais confiáveis e sistematizados, permitindo uma primeira análise sobre a dinâmica do setor.

Análises mais conclusivas serão realizadas ao final desta dissertação. Neste primeiro momento, é possível indicar uma prática associativa dinâmica (ações e projetos), representativa (tratar de segmentos diversos da sociedade), flexível (permitindo a criação de associações e grupos de interesses diversos), participativa (com posicionamento e ações visando a melhoria da governança em sociedade) e independente (buscando financiamento próprio para a execução de suas ações).

Por outro lado, a falta de uma classificação que de fato traduza o movimento associativo no Brasil pode ser considerado um gargalo para qualificar o entendimento sobre o setor. Esse aspecto está descrito nas análises de Ligia LÜCHMANN e de Daniel CEFAÏ, sobre o perfil heterogêneo das associações e das suas respectivas finalidades no Brasil.

Numa perspectiva macro, os resultados do estudo exploratório indicam ações associativas descoordenadas e com pouca sinergia entre si. As instituições representativas do setor, como a ABONG, possuem como objetivo estratégico auxiliar na organização e regulamentação do setor. Se por um lado o perfil reivindicativo, propositivo e não-institucional das ações associativas proporcionam um dinamismo e flexibilidade em suas ações, por outro lado esse caráter não-institucional do associativismo traz como reflexo negativo a falta de coordenação nacional para o seu fomento, desenvolvimento e mais sinergia nas ações específicas de cada instituição no processo.

Cap. 5 -Associativismo no Espírito Santo: espaço de participação política

O objetivo deste capítulo é pesquisar associações em funcionamento à partir de um estudo de caso, através de entrevistas individuais e descrevendo as suas respectivas trajetórias no movimento associativista. De acordo com Ventura, “os estudos de caso mais comuns são os que têm o foco em uma unidade – um indivíduo (caso único e singular, como o “caso clínico”) ou múltiplo, nos quais vários estudos são conduzidos simultaneamente: vários indivíduos, várias organizações, por exemplo.” (VENTURA, 2007, p. 384). Nesta dissertação utilizaremos o estudo de caso **múltiplo**, na medida em que serão pesquisadas 03 instituições distintas.

Foram entrevistadas associações que tenham a defesa de interesses como forma de melhorar as práticas dentro do sistema político vigente, que tenham como características ações de caráter reivindicativo, à partir de uma articulação e interlocução com os poderes constituídos. Instituições que tenham uma associação direta com a melhoria na qualidade democrática em pelo menos uma das dimensões indicadas pelos critérios do FreedomHouse (instituição escolhida para referenciar os critérios de avaliação da qualidade democrática).

Foram realizadas um total de 06 perguntas dentro do roteiro (semiestruturado) das entrevistas individuais. Sendo o primeiro bloco considerado mais conceitual sobre os temas chave da dissertação: democracia, participação e representação. O segundo bloco, mais pragmático e voltado para a ação associativa, perguntou sobre as ações, resultados e perspectivas dos movimentos que hoje representam. Abaixo seguem as perguntas:

1º Bloco – Conceitos gerais

1.1 - Qual a sua visão sobre os conceitos de Democracia, Representação e Participação Política?

1.2 - Qual a sua avaliação sobre o funcionamento do regime político atual?

1.3 - Quais são as perspectivas sobre o futuro da representação e da participação política no Brasil?

2º Bloco – Atuação associativa: funcionamento, resultados e perspectivas de futuro

2.1 - Como funciona a sua associação pensando na representação e participação política?

2.2 - Quais são os resultados alcançados pela associação desde a sua fundação?

2.3 - E quais são os objetivos e metas para os próximos anos?

Os instrumentos de coleta de informações serão as entrevistas individuais em profundidade; as análises dos Estatutos Sociais das respectivas instituições (sempre que disponível); Notícias e Pesquisas de Opinião que retratem ou confirmem os argumentos e detalhamentos aqui apresentados; os Relatórios de Atividades Anuais, que se trata de um documento formal de prestação de conta das instituições.

Quadro 3 – Instituições alvo do estudo de caso

Associação	Foco	Abrangência
Transparência Capixaba	Acompanhamento dos gastos públicos	Estadual
ES em Ação	Contribuir para o desenvolvimento do Espírito Santo	Estadual
Quilombola: Sapê do Norte	Defesa dos interesses dos negros descendentes de escravos	Regional

Fonte: elaboração do autor

5.1 - Movimento Empresarial ES em Ação

5.1.1 - A instituição

Artigo 1º do Estatuto do ES em Ação¹⁶ a caracteriza como uma associação dentro do padrão jurídico estabelecido pela Constituição Federal, sendo Movimento Empresarial do Espírito Santo uma organização não governamental, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação para fins não econômicos, de interesse público, com autonomia administrativa e financeira, que se regerá pelo presente estatuto e pelas disposições gerais que lhe forem aplicáveis.

Em sua apresentação institucional, o ES em Ação se descreve como uma “instituição atuante e incentivadora das boas práticas de desenvolvimento sustentável, formada por empresas, empresários e intelectuais que acreditam no Espírito Santo.” (RELATÓRIO ANUAL 2013).

O seu propósito é “a mobilização da classe empresarial capixaba para contribuir na formação de uma sociedade mais próspera e mais justa. Por isso, mantemos os nossos propósitos de incentivar a implementação de políticas públicas com real alcance econômico, político e social, a construção de uma rede de relacionamento empresarial, e de formar lideranças que sustentem a formação de ideias inovadoras e coerentes com o futuro que planejamos. Essa é uma missão contínua, que permanece a cada passo dado pelos nossos membros” (RELATÓRIO ANUAL, 2013, Apresentação).

Os valores descritos no seu propósito são: Democracia, Educação e Construção da Consciência Cidadã, Ética e Transparência, Moralização das Relações Público-Privadas, Economia de Mercado e Respeito ao Estado de

¹⁶<http://www.es-acao.org.br/>

Direito. Os associados do Es em Ação são em sua maioria diretores e executivos de grandes e médias empresas situadas no Espírito Santo.¹⁷

A aderência do ES em Ação com o tema do estudo fica explícito quando se destaca o seu objetivo de implementação de políticas públicas com alcance econômico, político e social, a construção de uma rede de relacionamento empresarial, e de formar lideranças que sustentem a formação de ideias inovadoras e coerentes com o futuro que planejamos.

Defender os interesses de uma categoria específica é a prática principal do associativismo que essa dissertação estuda, o que por si já a caracteriza dentro do escopo do projeto. Não obstante, ser do segmento empresarial não significa necessariamente apenas defender os interesses dos empresários. Um resultado mais expressivo das ações desta instituição foi promover a retomada das práticas de governança pública ao Estado do Espírito Santo após eleições municipais de 1998, como será descrito abaixo na análise da entrevista.

Como foi apresentado no capítulo sobre complexidade do mundo atual, não é possível caracterizar as ações de uma instituição de maneira isolada, sem impactos diretos e indiretos na sociedade. Ao defender os interesses do empresariado local, o Es em Ação beneficiou toda a sociedade do Espírito Santo, uma vez que o arranjo político institucional estava comprometido em função da elite política que ocupada o poder naquela época.

¹⁷ A descrição completa das empresas associadas encontra-se no site da associação: www.es-acao.org.br

5.1.2 - A entrevista

A entrevista foi respondida por um dos vice-presidentes e membro fundador do Es em Ação¹⁸. Além da entrevista realizada e das informações contidas no site da instituição, o entrevistado disponibilizou outro documento para a pesquisa, chamado de “Documento Síntese 2002”, que consiste numa série de tópicos relatando o momento institucional pela qual passava o Estado do Espírito Santo quando da implementação do movimento empresarial. Esse momento institucional foi o principal motivador para início das atividades da associação.

O entrevistado considerou importante relatar com detalhes o contexto político do Espírito Santo da época, fato que originou o começo da atividade associativa que reuniu empresas do Estado para a formação da associação. Para ele o principal movimento associativo foi decidir ajudarna reconstituição das práticas de Governança Pública e na relação de autonomia entre os poderes institucionais, muito deteriorados em função de uma crise política instalada principalmente no Executivo e Legislativo Estadual, e com desdobramentos no Judiciário.

O primeiro objetivo dessa parte do estudo é identificar e avaliar, numa sociedade contemporânea, as formas de inserção, participação e interação de grupos organizados e de pressão nos processos de desenvolvimento econômico e político locais. Um segundo objetivo é, a partir da análise e avaliação de experiências em outros Estados - e dentro de pleno conhecimento das especificidades regionais do Espírito Santo - , gerar um documento que possa balizar as ações a serem implementadas com vistas uma maior inserção empresarial

¹⁸Formado em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Mestre em Economia pela Arizona State University, Arizona – EUA. Durante muitos anos foi professor de Economia na UFES e exerceu também vários cargos públicos na administração Estadual e Federal: foi Secretário de Estado de Planejamento e Fazenda, diretor e presidente do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo; desenvolveu diversos estudos e pesquisas sobre economia e desenvolvimento do Espírito Santo; atuou e coordenou projetos de elaboração de planos de desenvolvimento local, regional, estadual e setorial; é articulista semanal do jornal A Gazeta.

capixaba na vida econômica, política e social do Estado.¹⁹(Documento Síntese 2002).

Segundo o entrevistado, este documento foi o primeiro passo na direção da criação da associação, motivado pela deterioração da estrutura institucional e governamental do Estado do Espírito Santo, especialmente na gestão do Governador José Ignácio Ferreira. A ideia inicial era encontrar uma forma de reduzir as consequências para a sociedade em função de toda a crise causada pelo relacionamento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Abaixo segue o diagnóstico político no Espírito Santo na época:

Elementos Constitutivos da Crise Atual: a – a crise política e institucional, com perda, por parte do governo do estado, de credibilidade e capacidade de liderança. b - a situação de ruptura nas relações público – privado: crise de interlocução; c- existe uma clara crise de representação política, com o descolamento dos representantes políticos dos anseios da população. d- ausência de um projeto para o Estado e Ausência de lideranças empresariais com capacidade de mobilizar reações à crise. (Documento Síntese 2002).

A descrição acima já evidencia o papel associativo do movimento e a preocupação em retomar o ambiente de governabilidade para os poderes instituídos. Diante deste contexto, foram pesquisadas notícias publicadas nos veículos de comunicação daquele período que pudesse corroborar essa visão sobre o momento político do Espírito Santo²⁰.

Abaixo segue a transcrição da reportagem realizada por Andrei Meireles:

O deputado José Carlos Gratz (PFL), presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, foi à tribuna, na quarta-feira 1º, a pretexto de se defender da acusação da testemunha Geraldo Ribeiro de Almeida, que, em depoimento à Polícia Federal, o apontou como mandante do assassinato de

¹⁹ Nota do autor: esse documento é rico em detalhes técnicos e analíticos sobre os estudos de caso realizados, porém não faz parte desta dissertação apresenta-los aqui em sua totalidade.

²⁰A matéria na íntegra poderá ser acessada através do link http://istoe.com.br/40056_O+HE+MAN+CAPIXABA/, acesso no dia 29/07/2016.

um sócio do Bingo Arpoador, no Rio de Janeiro. Dono de um império de jogatina e indiciado pela CPI do Narcotráfico, Gratz distribuiu agressões ao chefe da Procuradoria da República no Espírito Santo, Ronaldo Albo, ao prefeito de Vitória, Luiz Paulo Veloso Lucas, e a ISTOÉ. Inspirado em He-Man, personagem de desenho animado, abusou de baboseiras, como “sou invencível” e “sou mais forte que a fortaleza”. Mas o capo perdeu a força por causa da implosão de seu grupo político: um dia depois, três deputados estaduais se desligaram do PFL. Foi um racha pragmático. Com o aval de Gratz, eles fecharam um acordo com o vice-governador Celso Vasconcelos (PSDB). Aderiram à proposta de impeachment do governador José Ignácio, envolvido em um esquema de propina. Mas Gratz passou uma rasteira na própria turma e se acertou com o governador em troca da colocação de apadrinhados na Secretaria de Educação e nas presidências do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo e da Loteria do Estado. Fechada a barganha, Gratz mostrou serviço. Vetou a prorrogação dos trabalhos da CPI da Propina, o que fará com que a comissão encerre as apurações antes de receber o rastreamento dos cheques do caixa dois da campanha de José Ignácio em 1998. E escalou para a Comissão do Impeachment apenas deputados dispostos a salvar o governador. A sessão da Assembleia quase acaba em pancadaria e a aprovação da comissão foi adiada para a segunda-feira 6. Mesmo fazendo o jogo do governador, Gratz tem como plano B a conquista do governo, estendendo o impeachment ao vice-governador. “Aí a Assembleia elegeria o deputado Robson Neves”, diz a deputada Fática Couzi. Gratz e Neves dividem um escritório no Palácio do Café, em Vitória. (Isto é, 2001)

Assim, para o vice-presidente do ES em Ação, o principal objetivo da associação quando da sua criação foi tentar interromper a gestão deste grupo político no poder, articulando outros dois grupos políticos que pudessem disputar as eleições. Ao grupo vencedor caberia o desafio de recriar o ambiente de governança política e institucional de acordo com as práticas, na palavra dele, “mais democráticas”. O entrevistado relata que o grupo empresarial não elegeu uma candidatura e sim fomentou a participação de grupos políticos distintos, porém com lideranças que pudesse de fato rivalizar com as lideranças instituídas no poder. Nesse contexto disputaram a eleição para governador em 2000 o então senador Paulo Hartung e o deputado Federal Max Mauro. A campanha eleitoral deste ano foi uma das, senão a

mais disputada na história eleitoral do Espírito Santo pós redemocratização, com vitória de Paulo Hartung por 51% a 49% ²¹

A descrição deste relato é importante pois retrata bem o posicionamento da associação quando da sua função, por indicar mais uma questão de defesa institucional para os associados, assim como uma forma de garantir a retomada das práticas de governança institucional da época.

O entrevistado enfatiza que os objetivos do movimento vem mudando ao longo do tempo em que atua, procurando atuar em sintonia com as necessidades do setor público em cada momento. Nesse ponto, cita três estágios e objetivos da associação: 1º estágio, quando de sua função, foi contribuir para a volta da prática de governança do setor público; o 2º estágio foi proporcionar condições para que o Estado retomasse a sua capacidade de planejamento, envolvendo a sociedade civil organizada. E nesse ponto financiou a realização do documento de planejamento denominado “Espírito Santo 2025”. O 3º estágio, considerado o novo desafio do ES em Ação tem foco no setor educacional e está em fase de elaboração.

O ES em ação vai mudando com o tempo. Vai fazendo as leituras do contexto. E as diretrizes (do movimento) seguem essa lógica de mudança também. Num primeiro momento o objetivo foi a reorganização do Estado, no sentido de você criar uma ambiência adequada para que o desenvolvimento pudesse acontecer. Foi possível você primeiro trabalhar a representatividade política que permitisse esse avanço. Você tem então a estrutura do executivo voltada para o futuro. Foi aí que surgiu o Plano 202522. Quem coordenou o trabalho foi o ES em Ação. No tempo do Governo Paulo e depois no de Casagrande. 2005 teve financiamento da Petrobrás, a empresa que fez foi a Macroplan Isso pautou o Estado. E em 2010 fizemos o ES 2030. Antes disso, lá atrás mesmo, a gente sentia necessidade de qualificar os municípios. Precisava ter gestão na base. A gente criou o treinamento chamado “Agentes de Desenvolvimento Local”. A gente treinou muita gente. Foi um trabalho fantástico.

²¹ Para mais detalhes acessar www.tse.gov.br/Eleicoes

²² Planejamento Estratégico do Espírito Santo, liderado pelo Governo do ES com apoio financeiro do ES em Ação.

De fato a entrevista deixa clara que o posicionamento ideológico-político contido tanto na fala do diretor quanto nas ações institucionais do movimento é para uma política liberal que privilegie a iniciativa privada como setor fomentador do desenvolvimento econômico. Por outro lado, essas práticas não negam o espírito associativista do movimento e em nenhum momento é negada a importância das bases civis da sociedade na construção de um projeto de governança para o Espírito Santo. Pelo contrário, o entrevistado apresenta uma visão sobre o problema da representatividade e da complexidade tratada nos primeiros capítulos dessa dissertação.

A próxima etapa da entrevista fala da visão do autor sobre democracia, participação e representação, relatando existir um problema de representatividade no modelo político democrático vigente. Essa crise não fica restrita ao Brasil. Trata-se de uma crise sistêmica do regime democrático, com sérias consequências para a vida das pessoas e para a relação entre os poderes instituídos e a sociedade civil organizada.

Essa é uma questão (a representatividade) na turbulência não apenas aqui, está na Europa, nos EUA. A democracia está sempre em movimento. Ela nunca vai atingir a perfeição. O caminho é sempre na direção da perfeição. Mas em determinados momentos a representatividade é cada vez mais questionada. Na sua forma de operação e estruturação. Não podemos deixar de lembrar que estamos numa sociedade muito mais complexa e fragmentada do que no passado. Hoje ela tem instrumentos novos e ágeis de conhecimento. A internet por exemplo, de veiculação de informações.

O entrevistado apresenta uma visão abrangente sobre a Democracia, conceituando-a como processo e relacionando-a aos diferentes estágios em que se encontram as respectivas sociedades.

Não temos um modelo único de democracia. São várias formas em estágios diferentes. Você tem a democracia americana com toda uma história. Tem uma história de democracia diferenciada em cada país: França e Itália, por exemplo. Você tem a Espanha, com todo o movimento agora que é uma espécie de contraposição à representatividade tradicional. E tem o 05 Estrelas, na Itália.

Por outro lado, o entrevistado caracteriza a formação da Democracia no Brasil como “de cima para baixo” analisando-a de maneira comparativa e contrária à formação democrática americana e de acordo com a contribuição de José Mourinho de Carvalho em sua análise sobre a formação cidadã da participação política no Brasil.

E tem a democracia americana. Que em termos históricos é um pouco diferente. Você pega a democracia americana ela é fundada numa construção de baixo para cima. A democracia europeia é um pouco mais aristocrática. No caso dos EUA a democracia emerge da organização da sociedade, e essa organização da sociedade constrói a estrutura do estado. Até fazendo um contraponto com o Brasil, nos EUA a sociedade se organiza antes do Estado. O Estado é criado para servir a sociedade. No caso Brasil o Estado surge antes da organização a sociedade. E esse estado de alguma forma tenta organizar a sociedade. De cima pra baixo, inclusive até hoje. Numa situação mais oligárquica. A história americana é bem retratada por Tocqueville, no seu livro A Democracia nas Américas. Que trata a democracia como um bem compreendido. Emanada das próprias comunidades.

O entrevistado utiliza do conceito de fragmentação e heterogeneidade na sociedade para analisar o papel da representatividade política, fazendo uma relação entre representatividade “não-institucional”. A fragmentação ele justifica através das diferenças étnicas e econômicas entre as pessoas. E essas diferenças levam à uma heterogeneidade tanto das demandas quanto das formas como essas demandas se manifestam. A isso ele denomina de “*grupos de pressão*”.

Essa forma de pensamento está muito próxima à forma de funcionamento dos “movimentos sociais”. Ele caracteriza o movimento empresarial dentro dessa perspectiva, também como uma forma de movimento social. E nesse momento relaciona a prática da representatividade política para explicar o contexto de surgimento do ES em Ação. O ponto interessante nessa visão do entrevistado

é o fator motivador das demandas associativas, independente da origem social da própria organização.

Também na sociedade americana aumentou muito essa fragmentação. Hoje a sociedade americana é muito mais heterogênea do que era no passado. Uma imigração muito grande. Embora você tenha dois principais partidos. Cada vez mais se olha para a fragmentação. Isso tem a ver com a complexidade. E, naturalmente, quando a gente fala de representatividade a gente fala da representatividade formal. Porque você tem outras dimensões ou instâncias que embora não formalmente faça parte, elas tem o papel de pressão na sociedade. Pressão inclusive com relação a política. Quando você entra no Brasil você tem o setor empresarial funcionando politicamente. Quando você vê no Estado, aqui o movimento ES em ação. Ele surgiu de uma leitura de uma determinada situação (crise política), que você de alguma forma precisava atuar no campo da política, para criar condições para que a economia retomasse as condições de desenvolvimento. Inclusive você pode ler naquele trabalho (documento síntese de contextualização).

Para o entrevistado um dos problemas institucionais no Brasil hoje é a relação institucional de representação entre o setor público e o setor industrial, onde o modelo de hoje ainda é o modelo concebido na Era de Getúlio Vargas e que isso é um dos entraves para a questão democrática. Ele fala de uma relação de apadrinhamento e defesa de interesses próprios, sem uma forma específica de cobrança, chamando a atenção para a necessidade de independência e autonomia na gestão das associações. Isso implica em maior capacidade de pressão das associações:

As estruturas de representação empresarial brasileira são estruturas "paraestatais". Foram pensadas na época de Getúlio (Vargas), como se fosse uma relação meio pelega. Porque as federações da indústria recebem recursos do Tesouro, por exemplo parte da contribuição de folha de pagamento. Você tem essas estruturas que dificultam a autonomia de ação. O que eu quero chamar atenção para isso, o ES em Ação quando foi criado, foi concebido como uma ONG, exatamente para siar da verticalidade das representações empresariais.

Continuando sua análise, o entrevistado indica que o setor público não responde mais às questões de representatividade emanadas da sociedade. E essa visão do entrevistado é fundamental para justificar o movimento associativista e a forma jurídica de constituição da associação, procurando assim ter mais independência para cobrar e propor projetos e ações de melhoria. Essa necessidade de independência é outra característica encontrada no perfil do movimento associativista e que foi tratada na parte teórica desta dissertação qual, ao comparar o conceito de associação e deliberação, percebe-se no movimento associativista a necessidade de independência com relação aos poderes instituídos.

Veja bem, essa questão de representatividade não é só no capital político. É inclusive no campo das organizações privadas. Tanto na indústria, na federação do comércio, o que existe de representação é porque o estado estruturou algo que é quaseum modelo do século passado.....o modelo atual não está adequado ao modelo de funcionamento da sociedade. ..a Marta Zorzal (professora da UFES) discute essa questão faz tempo. Além de não ter poder de representatividade, são estruturas enrijecidas

O entrevistado fala de uma estrutura viciada na relação entre o poder público e o setor produtivo tradicional:

Então, o Brasil ...vale a pena você ler (falando para o autor dessa dissertação)....essa palavra está sendo muito utilizada...capitalismo de compadrio....tem um relacionamento de compadrio com o estado. Você começa a ver as teias, elas se interconectam.

O entrevistado não acredita em melhorias de curto prazo na governança pública. Do ponto de vista institucional a grande “aposta” do Movimento ES em Ação é no setor educacional como forma de melhorar as práticas democráticas. Ou seja, a aposta são nas pessoas e não nas instituições. O ES em Ação acredita em capacitação para redução da desigualdade social.

Existe uma crise de representação mesmo na iniciativa privada.

Eu acho no curto prazo difícil mudar o modelo institucional, nós tivemos as grandes manifestações de 2013. Foi um impulso naquele momento, já estava bem clara a insatisfação da população. De certa forma aquela insatisfação não conseguiu chegar nas eleições. Ela não influenciou tanto as eleições. (Entrevistador interrompe a resposta e pergunta: mas você não acha que essas ações do judiciário é uma resposta àquelas reivindicações das manifestações pelo fim da corrupção?) lógico, tem esse lado. Teve uma influência no Judiciário, mas se você olhar para o lado do Executivo e Legislativo, nada se mudou. O legislativo está cego ao que a sociedade demanda. Tem um deslocamento entre Brasília e a Sociedade. Pega as falas dos deputados no impeachment da Presidente Dilma por exemplo, os deputados falaram de tudo, menos do povo.

Segundo o entrevistado o movimento de renovação do ES em Ação passa pela juventude.

Uma das “meninas dos olhos” do nosso movimento agora nós temos agora o Instituto Líderes do Amanhã. É um instituto que ele foi criado para formar novas lideranças, com capacidade de leitura política, posicionamento político.

Essa fala sobre a renovação do movimento com a formação de novas lideranças guarda relação com a visão de Daniel CEFAÏ sobre o desafio de manutenção das instituições associativas por ele pesquisadas. Essa é uma prática também adotada pelo movimento Transparência Capixaba (próxima associação pesquisada) e um dos problemas para o desenvolvimento do movimento Quilombola Sapê do Norte, como será apresentada na sua entrevista.

Comparando as ações realizadas pelo ES em Ação com os critérios que classificam a qualidade da democracia (FreedomHouse), percebe-se concordância com os seguintes eixos: no que tange o eixo de direitos civis (a) processos eleitorais – esse indicador de qualidade democrática diz respeito à presença do processo eleitoral livre e abrangente. No caso da atuação do Es em Ação foi identificada não apenas a existência do processo eleitoral, mas a possibilidade de grupos sociais organizados estimularem a presença de elites competitivas diferentes das que estavam no poder, permitindo uma alternância

com objetivo de estancar os desmandos governamentais da época; (b) pluralismo político e participação – esse indicador se faz presente na medida que para a população foi oferecida alternativas de gestão pública; (c) funcionamento do governo – novamente não apenas a possibilidade de existir um aparato governamental, mas que esse aparato possa ser utilizado em benefício da sociedade, o que de fato não estava acontecendo conforme relato jornalístico da época. As liberdades civis são aglutinadas em quatro categorias: (a) liberdade de expressão e de crença- ; (b) liberdade de organização e associação; (c) Estado de direito; (d) autonomia pessoal e os direitos individuais: todos esses indicadores estão contemplados na prática associativa utilizada pelo ES em Ação, que se viu no direito de questionar o *status quo* do modelo de liderança estabelecido na época entre os poderes instituídos.

5.2 - Transparência Capixaba

5.2.1 - A instituição

A Transparência Capixaba é uma entidade não-governamental, sem vínculo político-partidário e que não recebe verbas públicas. Criada em 2001 com o objetivo de lutar pela transparência pública, combater a corrupção, defender o controle social técnico e da sociedade, defender a participação popular e estimular a conscientização sobre esses temas. A proposta inicial foi buscar dar alguma contribuição para ajudar a resolver o problema e não esperar somente por uma ação do Estado.

A proposta da Transparência Capixaba consiste em mobilizar a sociedade capixaba para que os casos de corrupção no Espírito Santo que ficam, muitas vezes, sem punição e caem no esquecimento por falta de empenho das autoridades e de cobrança social. No entanto, a Transparência não pretende substituir as instituições capacitadas para combater a criminalidade e a corrupção, mas sim mostrar à sociedade que a administração pública pode funcionar desde que haja controle e que os cidadãos exerçam vigilância

constante. O perfil dos associados é predominantemente formado por profissionais ligados à área jurídica, especialmente advogados, juizes, professores universitários, jornalistas e membros da promotoria pública.

Na busca pelo estatuto da instituição, esta pesquisa identificou um artigo publicado em revista especializada, realizada por um grupo de professoras e graduandas do Espírito Santo.²³Torna-se importante essa citação por esse estudo constatar, entre outros fatores, que a Transparência Capixaba surge no mesmo período e pelo mesmo motivo do movimento ES em Ação, que seja a crise institucional que assolou o Estado do Espírito Santo no governo de José Ignácio Ferreira:

Por conseguinte, a ONG “Transparência Capixaba”, no Estado do Espírito Santo, surge em meio a um cenário político conturbado, na segunda metade do ano de 2001, quando havia uma série de denúncias tanto contra o Poder Executivo, com o Governo de José Ignácio Ferreira (1999-2002), quanto contra o Legislativo, com José Carlos Gratz reeleito presidente da Assembleia Legislativa. Portanto, em vista de mudar este quadro, a ONG foi fundada com a principal proposta de combater à corrupção. (ZORZAL 2001 CAPÍTULO 13, s/n)

A aderência das ações da Transparência Capixaba com o tema do estudo fica explícito quando se destaca o seu objetivo de lutar pela transparência pública, combater a corrupção, defender o controle social técnico e da sociedade, defender a participação popular e estimular a conscientização sobre esses temas. Vê-se nessas metas a inserção dos direitos civis e da liberdade individual que trata dos indicadores da FreedomHouse. Para a Transparência Capixaba a proposta inicial é buscar defender os interesses do cidadão de uma maneira específica e da sociedade de uma maneira geral, com relação às práticas de governança e utilização dos recursos públicos. Ficará explícito durante a entrevista que o objetivo da Transparência não é ocupar o lugar do governo, tampouco assumir a defesa direta dos cidadãos. O objetivo da

²³ SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.10, v.ún., Dezembro. 2011. Sendo as autoras a Profas. Doutoradas Marta Zorzal e Silva e Márcia Prezotti, e as graduandas Mariana Ferrari e Priscilla Assis.

instituição é promover o debate e estimular a participação popular com relação ao uso dos recursos públicos. Ações essas diretamente ligadas ao tipo de associativismo tratado nessa dissertação.

5.2.1 – A entrevista

Ao explicar o seu conceito de democracia, o entrevistado (sócio fundador e atual secretário geral da associação²⁴) expõe a visão associativa e participativa da instituição, na medida em que relaciona democracia com transparência e acesso das pessoas comuns ao conjunto de informações geradas na prática governamental, ao mesmo tempo em que reconhece que a representatividade eleitoral também é condição de funcionamento do modelo político vigente. O autor chama atenção para o fato de que o acesso à informação para as pessoas comuns é fundamental na prática democrática. E se as pessoas comuns não tem o conhecimento necessário para entender as informações governamentais, que essas informações governamentais possam ser apresentadas numa linguagem mais didática.

A ideia básica de democracia, pensando na própria etimologia da palavra, que é Poder do povo. É o direito do cidadão de participar, de ter acesso às informações e participar do processo decisório dos assuntos públicos. Ai temos uma série de discussões, sobre a participação esclarecida. (Robert) Dahl fala muito nisso. Mas, até por pressuposto, que o cidadão tem o direito de participar mesmo que ele não tenha o esclarecimento da situação.

Democracia envolve o cidadão participar direta ou indiretamente. Porque ai a democracia envolve a questão da representatividade, porque não é possível para o cidadão participar de todas as deliberações do processo decisório.

Mesmo reconhecendo a necessidade da representatividade, o entrevistado enfatiza a importância da população nas decisões públicas, especialmente nas decisões macro. Por outro lado, reconhece que essa participação hoje não

²⁴Doutorando, Mestre e Graduado em história. Professor da Universidade Vila Velha.

acontece e que as discussões ficam “um pouco perdidas”. Ele fala da necessidade de se construir mecanismos institucionais que permitam que essa discussão aconteça.

Esse é o principal motivo para a prática associativa do movimento Transparência Capixaba, atuando para melhorar as práticas de gestão e acompanhamento do gasto público. Por outro lado, o entrevistado afirma no próximo texto que a representatividade falha pela falta de sintonia do representante com o representado. E isso causa desestímulo no processo de participação popular. Novamente a visão do entrevistado deixa clara o motivo do associativismo como forma de melhoria das práticas de gestão pública e se colocando como uma instância política nesse processo de relação entre a sociedade e os poderes instituídos.

A população precisa participar até das decisões macro. Lógico, o encaminhamento operacional de como você vai transformar as decisões macro em políticas públicas. É difícil para o cidadão participar desse processo. Com sociedade de massa. Aqui mesmo em Vila Velha. Mas nas questões macro é que ainda mais importante. Hoje não acontece essa participação. Ocorre um pouco no processo eleitoral. Apesar de existir uma contaminação por um certo personalismo (político), fica uma disputa entre personalidades. E acaba que as discussões fundamentais ficam um pouco perdidas. Nós precisamos construir mecanismos que permitam essa discussão de uma forma mais efetiva. Para o cidadão não se sentir como se tivesse dado um cheque em branco. Seja para o Legislativo seja para o Executivo. Hoje o cidadão vota no seu representante e não tem retorno.

Muitas vezes o representante promete uma coisa e entrega outra.

O entrevistado contextualiza o status de governança pública que vivemos atualmente a partir da crise de representatividade do sistema político democrático e o papel do cidadão nesse processo. A sua fala tem um perfil acadêmico, pautando as principais referências e sendo didático em suas colocações. Cita o sociólogo americano Daniel Bell e o seu olhar sobre os

desafios do setor público. Este olhar se aproxima do conceito discutido por Adrian GurzaLavalleno que se refere às limitações governamentais em responder às diversas demandas da sociedade atual.

Nós temos um problema sério de crise de democracia representativa. Não apenas no Brasil, como também em nível internacional. Nós temos uma sociedade muito complexa hoje. Interesses e demandas muito amplas. Uma diversidade muito grande de questões que são colocadas, e o poder público tem se mostrado incapaz de responder a isso. Eu fico me lembrando, tem um sociólogo americano, Daniel Bell, que faz uma discussão sobre a globalização, que diz que “o Estado é muito grande para atender as pequenas questões do cidadão, e muito pequeno para enfrentar os grandes problemas que a humanidade apresenta”. Então esse é o grande dilema

Outro ponto destacado pelo entrevistado é a importância tecnológica, aliada à comunicação, piora a possibilidade do setor público em responder às questões sociais que são demandadas:

E hoje tem um fator complicador, para além dessa complexidade, que é a questão da instantaneidade da informação e da participação. O cidadão a toda hora coloca questões. Ele está atento. Ele repercute imediatamente nas famosas redes sociais. Isso coloca uma pressão muito maior nesse sistema político. Ele está muito mais acompanhado. E isso é uma coisa boa. Mas a classe política tem se mostrado incapaz de responder a isso.

Nesse aspecto as entrevistas dos representantes do ES em Ação e da Transparência Capixaba parecem ter o mesmo tom crítico sobre a estrutura representativa, o que exige maior ênfase na participação do cidadão enquanto pessoa física. E nesse contexto, também prioriza o caminho para a democracia através da transparência das informações públicas.

Do ponto de vista analítico, é importante constatar que os dois entrevistados fazem o mesmo diagnóstico sobre a representação institucional do poder político, mas as ações associativas das duas instituições são diferentes. A

ação da Transparência Capixaba tem foco na fiscalização e a ação do ES em Ação tem foco no planejamento e desenvolvimento econômico e social. E nessa perspectiva, parece importante destacar que essa diferença (apesar de óbvia) pode acontecer em função das diferentes formações sócio econômicas dos associados. Essa diferenciação também estará presente na entrevista realizada com o movimento Quilombola.

Voltando para a entrevista, o próximo textual fala da importância do conceito de transparência e como a sociedade hoje absorveu o conceito. O entrevistado deixa transparecer o caráter pioneiro da associação ao ter esse termo como lema, considerando essa disseminação do termo como fator positivo para a prática de fiscalização na sociedade, relatando exemplos da prática da transparência não apenas na sociedade civil como também junto aos poderes instituídos:

O cidadão precisa ter condições de acessibilidade às informações. Essa é uma questão de transparência. Hoje em dia essa palavra virou quase que um mantra: t r a n s p a r ê n c i a. Todos adoram falar em transparência. Nas eleições os candidatos adoram falar em transparência. A gente fala de transparência de direito à informação. Hoje nós temos inclusive dois caminhos: a transparência passiva que é a lei de acesso à informação e a transparência ativa, que são os portais que os órgãos públicos tem que ter. Transparência como democracia. Transparência como controle social. Ela é um direito do cidadão, mas ela permite também o controle. Muitas denúncias de corrupção que são feitas, ou de desperdício do dinheiro público. Um exemplo de um caso de alguns anos atrás, aquela questão dos cartões corporativos, as informações estavam lá no Portal da Transparência. Alguém foi lá e “futucou” e a coisa tomou outra dimensão.

Nesse aspecto o secretário geral da associação explicar o posicionamento que justifica a atuação da associação Transparência Capixaba, onde é importante ressaltar a característica ao mesmo tempo de independência e de parceria com as instituições públicas. O papel do associativismo na visão do entrevistado não é substituir as atividades das instituições formais. Mais que isso, o objetivo

é contribuir para a melhor atuação e eficácia dessas instituições, tendo como foco a melhoria do regime democrático:

O acesso à informação também é uma forma de controle social. A gente trabalha nessa visão bastante ampla. A ideia da transparência pública. A ideia do acesso a informação. A ideia da democracia. Tudo feito pelos cidadãos. Sem querer concorrer com os órgãos públicos. O Tribunal de Contas tem que fazer as suas coisas. O Ministério Público tem que fazer as suas coisas. A Polícia tem que fazer as suas coisas. Mas o cidadão também tem esse papel e também tem esse direito. Inalienável. E a gente da Transparência (está falando agora da associação) entende que são coisas que estão claramente estabelecidas no Brasil na atual Constituição. Se você pega o Artigo 37. Tem lá os princípios administrativos fundamentais: a legalidade, a impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Publicidade de tornar público. E de 88 pra cá, nós temos construído esse conjunto de instituições, que hoje trabalha com esse conceito de sistema de integridade, que visa contribuir para isso. Para a publicidade, para a transparência, para a promoção da ética. Em 92 tem a lei da improbidade administrativa, tem 99 a lei que transformou compra de voto em crime, tem a criação da CGU, o fortalecimento das atividades da Política Federal. Lei dos Portais da Transparência. Essa coisa vai acontecendo. E isso é importante que a gente divulgue, para o cidadão entender que isso também está na mão dele. Muitas vezes o cidadão não tem conhecimento desses direitos de informação que ele tem. E ele eventualmente não usa isso. Eu acho que a gente tem avançado muito no país.

O entrevistado concorda com a afirmação de que as manifestações que se iniciaram nas jornadas de junho de 2013 ajudaram a fortalecer e respaldar as ações do Judiciário, com relação a descoberta de práticas ilícitas na relação entre governo federal e grandes empresas da construção civil. Ao mesmo tempo se coloca numa postura cética e de cobrança ao próprio Poder Judiciário, pela sua pouca transparência em dar publicidade às suas próprias práticas institucionais.

Não tenho dúvida de que as manifestações fortaleceram as ações do Judiciário. Até porque é papel do Judiciário responder àquelas reivindicações sociais. Aliás, o Poder Judiciário é um poder que precisa prestar mais contas nesse sentido. Por possuir um grau de opacidade grande. E

responder de uma forma mais ampla...como diz o ditado “a mulher de César além de ser honesta, tem que parecer honesta. Então o Judiciário precisa responder para a sociedade.

O papel nosso da Transparência, como cabe à Sociedade Civil, é pressionar as instituições também para que elas funcionem. Tem coisas que a gente faz, toma a iniciativa. Tem coisas que a gente não faz e pressiona para que as instituições o façam. Representa contra o Ministério Público, por exemplo.

O entrevistado chama a atenção para a importância da independência na atuação da instituição, sendo essa uma preocupação da associação e um dos seus principais ativos. Essa independência através do autofinanciamento para o pagamento de despesas e de funcionamento da associação é outra característica identificada no movimento associativo.

A Transparência tem 15 anos de atuação. E nesse tempo tem algo que é importante. Nós somos uma associação totalmente independente. Nós não recebemos dinheiro de ninguém. Nem de instituições públicas. Isso é proibido em nosso estatuto. Nós não recebemos verbas de unidades privadas. Nós nos mantemos com a verba da contribuição dos associados. Isso é algo importante, manter uma entidade, com pessoas novas entrando, ocupando as funções. Hoje, dos 05 membros da diretoria, só eu, que voltei agora, de membro fundador. Os outros 04 são meninos novos. Isso é algo bacana que mostra a longevidade do projeto. Nós temos reuniões mensais.

Além da questão da renovação na gestão da associação como visto no textual acima, o secretário menciona a postura não apenas de crítica com relação às questões que merecem o envolvimento da instituição, como também a preocupação de apontar caminhos. Essa é uma característica de parceria também presente no movimento associativista.

Agora tem uma coisa importante é que a postura da Transparência não é apenas de crítica. O nosso procedimento é sempre de criticar, lógico, mas também de apontar caminhos

e soluções para aquela situação. A gente acredita que a crítica apenas pela crítica também é pouco útil. Não faz muito sentido.

O entrevistado tem uma visão otimista para o Brasil dentro da perspectiva aonde a Transparência atua. Acredita que a democracia está num momento de transição dolorosa, mas que numa visão de futuro a tendência é que essas práticas de acompanhamento da gestão e gasto público possam se aprimorar e ajudar na melhoria do regime político:

Eu tenho uma visão otimista, estamos vivendo a dor do parto. Geramos as condições para esse bebe nascer. Nós estávamos vivendo um pouco desse momento institucional. A gente não pode perder essa expectativa. Existe uma percepção de que as instituições não funcionam de forma parcial. E em algumas vezes me parece ser uma percepção correta. E o nosso papel é pressionar para que elas funcionem. Porque isso trará benefícios para a democracia e para a sociedade.

Para finalizar o entrevistado indica o caminho que, na sua visão, precisa convergir os interesses da sociedade e as respectivas ações das instâncias envolvidas. É importante ressaltar o aspecto participativo envolvido nessa sua visão, constatando a sintonia na forma como o associativismo pode contribuir para a formação cidadã e o aumento da participação política das pessoas:

Nós temos que aumentar o custo da corrupção para o corrupto. Isso pode ser feito de duas maneiras: a participação do cidadão e o funcionamento das instituições.

É possível identificar nas ações do movimento Transparência Capixaba o espírito associativo do ponto de vista macro na medida em que seu objetivo é procurar resolver uma questão de interesse social e enxergando na prática da fiscalização uma forma de melhorar gestão governamental dos recursos públicos. Por outro lado, a associação se posiciona como instância que pode

fiscalizar, ser parceira e até mesmo exigir maior rigor junto aos órgãos formais de representação, com uma postura independente que lhe permite autonomia em suas ações. Tanto a Transparência Capixaba, assim como o ES em Ação, de acordo com o relato dos seus representantes, possuem características associativas que as qualificam como instâncias participativas e com influência sobre o poder institucional local. No site da Transparência Capixaba é possível identificar as ações e resultados concretos das suas atividades associativas.²⁵

Abaixo segue uma relação entre as ações e resultados alcançados pela Transparência Capixaba com os critérios que definem a qualidade democrática: no eixo de direitos civis (a) processos eleitorais – esse indicador de qualidade democrática diz respeito à presença do processo eleitoral livre e abrangente. No caso da atuação Transparência Capixaba foi identificada o estímulo ao menor conhecimento do cidadão com relação ao processo eleitoral, por exemplo o lançamento, em parceria com o Ministério Público do Estado do Espírito Santo de Cartilha de Orientação ao Eleitor para Eleições 2004 (70 mil exemplares); (b) pluralismo político e participação – esse indicador se faz presente através da ação chamada “Voto Limpo 2002”, que teve como principal objetivo de esclarecer ações ligadas ao combate da corrupção; (c) funcionamento do governo – esse item é onde a atuação da Transparência Capixaba apresenta resultados expressivos, tais como, em conjunto com a ASES (Associação dos Empresários da Serra) e GAL-Serra (Grupo de Acompanhamento do Legislativo da Serra) conseguir que os vereadores do município da Serra desistissem do aumento de sua verba de gabinete de R\$ 12.900,00 para R\$ 18.000,00. Esse não aumento gerou uma economia de praticamente R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões) pelo período da legislatura; assim como contribuir para a implantação do Pregão Eletrônico no Estado (gerando economia de milhões de reais e agilidade nos processos licitatórios, além de redução das possibilidades de corrupção no processo). As liberdades civis são aglutinadas em quatro categorias: (a) liberdade de expressão e de crença; (b) liberdade de organização e associação; (c) Estado de direito; (d) autonomia pessoal e os direitos individuais: todos esses indicadores estão

²⁵<http://transparenciacapixaba.org.br/acoes.aspx>

contemplados na prática associativa utilizada Transparência Capixaba, em sua jornada associativa para combater o mau uso do dinheiro público.

5.3 – Movimento Quilombola: Sapê do Norte

5.3.1 – A instituição

Segundo o INCRA, as comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se auto definem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A partir do Decreto 4883/03 ficou transferida do Ministério da Cultura para o Incra a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações.

Conforme o artigo 2º do Decreto 4887/2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Em 12 de março de 2004, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Quilombola (PBQ) como uma política de Estado para as áreas remanescentes de quilombos. O PBQ abrange um conjunto de ações inseridas nos diversos órgãos governamentais, com suas respectivas previsões de recursos, bem como as responsabilidades de cada órgão e prazos de

execução. Dessas ações, a política de regularização é atribuição do Incra.

É a própria comunidade que se auto reconhece “remanescente de quilombo”. O amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004. Cabe à Fundação Cultural Palmares emitir uma certidão sobre essa auto definição. O processo para essa certificação obedece norma específica desse órgão (Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26/11/2007).

Até a década de 1970, na região do Sapê do Norte, como era conhecida a região nordeste do estado do Espírito Santo – municípios de Conceição da Barra e São Mateus – existiam cerca de 10 mil famílias negras rurais, reunidas em aproximadamente 100 comunidades. Hoje, restam apenas cerca de 1.500 famílias negras rurais, reunidas em 20 comunidades, que vêm resistindo a todo tipo de pressão para manterem suas minúsculas propriedades e sua cultura.

A região do Sapê do norte foi historicamente habitada por negros. Para lá acorreram negros libertos e fugidos ainda durante o regime de escravidão, formando núcleos de resistência que se assemelhavam ou, de fato, eram considerados como “quilombos” pelas autoridades locais. Mesmo depois da abolição, em 1888, tais núcleos continuaram significando uma viva resistência à ordem vigente.

A aderência das ações da comunidade do Sapê do Norte com o tema do estudo fica explícito na sua luta pela conquista ao direito de CIDADANIA, através do reconhecimento da sua herança com as terras que ocupam e com o passado de escravidão ao qual os ancestrais da comunidade foram submetidos. Vê-se nessas metas mais que a inserção dos direitos civis e da liberdade individual que trata dos indicadores da FreedomHouse, pois a própria condição de cidadão estava negada aos negros descendentes de regiões quilombolas. A entrevistada do Sapê do Norte deixa claro que a proposta inicial é buscar defender os interesses básicos (direito a saúde, educação, benefícios

sociais como qualquer brasileiro). Ações essas diretamente ligadas ao tipo de associativismo tratado nessa dissertação.

5.3.2 – A entrevista

A concessão da entrevista foi de responsabilidade de uma ativista²⁶ do movimento.

Antes de começar a descrição desta entrevista individual é importante destacar que a entrevistada priorizou responder ao segundo bloco de perguntas, que trata das questões mais práticas de atuação do movimento associativo. Mesmo sendo perguntado sobre as questões mais conceituais sobre democracia, participação e representação, as respostas foram direcionadas para a prática do movimento em nível nacional e suas consequências para as comunidades locais.

Para o autor desta dissertação, essa situação não significa um erro na entrevista, visto fazer parte das características que o próprio método qualitativo apresenta, na medida em que respeita a condução das respostas de acordo com a visão de cada entrevistado. Por outro lado, também é possível destacar numa perspectiva analítica que (para a entrevistada) as ações de representação e de participação política da comunidade negra está focada em legitimar as suas propriedades, ter reconhecidas a sua importância étnica e, sobretudo, ter condições de acesso aos apoios institucionais para fomentar o desenvolvimento das comunidades quilombolas. Exposta essa questão, seguem os principais trechos da entrevista e respectivas análises.

A entrevistada começa relatando a sua formação e respectivo objetivo, que é se tornar pesquisadora para produzir mais informações sobre a sua região de origem, alegando existir pouco trabalho de pesquisa sobre o Sapê do Norte antes da década de 70. A preocupação a todo o momento da entrevista é com a consolidação e desenvolvimento da própria comunidade, que vem sendo alvo de estudos por parte da academia já há algum tempo. A entrevistada até elogia alguns trabalhos que foram realizados, especialmente

²⁶Ativista do movimento e natural do Sapê do Norte, graduanda em história pela UFES, atualmente coordenadora de Patrimônio Imaterial e Bens Moveis da Secretaria de Cultura do ES.

os antropológicos, mas acredita que falta profundidade e perspectiva histórica que analise e apresente a região.

Meu objetivo maior ao cursar história é me tornar pesquisadora. Até foi um choque para mim quando entrei na UFES, pois vi que o curso é para formar professor. Mas tudo bem, sem problema. E eu quero me tornar pesquisadora porque acredito que a minha região ainda precisa ser melhor estudada. Tem trabalhos ótimos, de antropologia, mas tratam a região da década de 70 pra cá. E é preciso estudar mais a fundo antes dessa época, o que foi o Sapê do Norte antes. E por ser de lá, da localidade, acho que eu terei mais acessibilidade e um outro olhar.

A fala da entrevistada sobre a democracia é direcionada para a luta do movimento Quilombola ao longo do tempo, fazendo uma clara distinção entre a organização do movimento em nível nacional e a organização das próprias comunidades. Democracia para a entrevistada parece se traduzir na defesa de interesses da sua comunidade, demonstrando coerência com as práticas associativas. A entrevistada afirma que o movimento se consolidou, mas as comunidades não acompanharam essa consolidação. Destaca o reconhecimento público sobre a questão Quilombola, que hoje está presente na acadêmica, na parte institucional e na sociedade como um todo. Democracia para a entrevistada se traduziu em apresentar os ganhos da sua comunidade.

Existe a questão da estruturação do movimento. O CONAQ²⁷ que existe há 20 anos. Focou mais na organização da estrutura do movimento e menos na organização das próprias comunidades.

Hoje o reconhecimento ao movimento Quilombola existe. Todos os espaços reconhecem, na Ufes tem muita gente fazendo pesquisa, na conversa com as pessoas, tem as políticas do governo.

²⁷Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais

A entrevistada relata uma questão sobre a concessão do título de Comunidade Quilombola. A Fundação Cultural Palmares no Governo de Fernando Henrique reconheceu 150 comunidades. Quando da assinatura do Decreto Nº 4.887 no Governo Lula, que certifica e reconhece a comunidade enquanto Comunidade Quilombola, esse título passa a ser um dos critérios para se conseguir o título da terra. Então diante dessa possibilidade de reconhecimento e de conquista de terras (não a escritura, mas a autorização de permanência) o número de comunidades Quilombolas aumenta exponencialmente. Atualmente existem aproximadamente, segundo a entrevistada, 3 mil comunidades certificadas e 10 mil comunidades quilombolas no Brasil. Essa informação é uma constatação da força deste movimento social na conquista de seus direitos, novamente demonstrando alterações não apenas nas práticas institucionais, mas inclusive na lei para reconhecer direitos legítimos.

A entrevistada avalia como positivo o crescimento quantitativo das comunidades reconhecidas “*não podemos nem ser mais considerados como minoria, somos muitos*”. Por outro lado, a preocupação com o título da terra tirou o foco do movimento na organização das próprias comunidades, especialmente para as questões produtivas de geração de trabalho e renda. Esse problema tomou dimensões maiores e afeta inclusive a imagem do próprio movimento Quilombola. A entrevistada considerou esse fato um erro estratégico na condução do movimento.

A gente ficou preocupado com essa questão da terra e esquecemos das famílias nas comunidades. Isso não é bom. O título é condição para começar a garantir a terra, mas não garante automaticamente. É porque se consegue áreas maiores, mas isso criou um impasse jurídico. Tem terras quilombolas dentro da base espacial de Alcântara, no Maranhão. Isso não vai se resolver. Agora virou um problema

constitucional. Essa questão está para ser votada inclusive pelo STF. A gente agora nem sabe como vai ficar.

Eu considero isso um erro estratégico do movimento. Abriu demais a questão do reconhecimento das terras e deveria ter priorizado áreas menores, menos conflituosas, para garantir o título em situações menos complexas de negociação...Sem falar na questão que a comunidade Quilombola aparece na mídia sempre como uma questão negativa, que quer tomar terra de outras famílias. E não é assim. Isso acontece em áreas mais conflituosas.

Tem muita coisa agora que está vinculada a questão do título da posse, inclusive acesso a programas de incentivo para produção agrícola. Então tudo ficou atrelado a esse título e nada se desenvolve.

Por outro lado, o reconhecimento da comunidade através do Decreto Nº 4.887 trouxe o sentimento de incorporação cidadã às pessoas. Contando inclusive com repasses financeiros institucionais para os municípios onde as comunidades se localizam, com percentuais para a saúde e educação. Nesse aspecto é possível identificar outro ganho do movimento, onde a reivindicação associativa foi capaz de promover a inclusão formal de toda uma comunidade com ganhos concretos em áreas como a saúde e a educação.

É um título de cidadania. A comunidade passa a existir a partir dessa certidão. Tem repasse de recursos para a saúde e educação do município.

A entrevistada relata a sua passagem (que também ocorreu com outras pessoas) das atividades de dentro no movimento para a incorporação aos cargos institucionais, visando ajudar na formalização das conquistas para as comunidades Quilombolas. Ela enxerga nesse movimento reflexos positivos num primeiro momento, pois através dos cargos exercidos os representantes dos movimentos passam a conhecer o trâmite jurídico dos processos, o que vai

ajudar em reivindicações futuras; conseguem ter acesso a informação de maneira irrestrita e assim entender melhor a estrutura de funcionamento do setor público. Relata também o acesso ao centro do poder (Brasília), das conquistas nacionais e do ganho de velocidade em articular os interesses, uma vez que é possível eliminar o contato com outros representantes políticos, especialmente vereador e deputado.

Quando cheguei no INCRA é que pude entender o funcionamento dos problemas. É bem diferente de como a gente pensa inicialmente. Isso foi importante para conscientizar as pessoas na comunidade.[...] a gente entende como é complexo alguns processos. A gente até vê algumas coisas que são feitas para não se resolver mesmo.

A nossa ida para Brasília também foi importante. A minha geração conseguiu conhecer instituições que as pessoas da geração anterior não conseguiram. Então a gente encurtou o tempo para efetivar as conquistas. Como a gente estava lá em Brasília, não precisou mais da intervenção de vereador, até isso ajudou.

Por outro lado, a entrevistada afirma que essa institucionalização tirou do próprio movimento lideranças que eram importantes para estruturar as comunidades. Com o passar dos anos essas pessoas acabaram se “institucionalizando” também, porque precisam dar conta de responder às demandas de onde trabalha, e isso provoca o distanciamento dessa pessoa com as bases. Se o movimento não tiver a preocupação de formar novas lideranças, o próprio movimento acaba perdendo força com desdobramentos sérios para a continuidade do processo de fortalecimento das comunidades.

Essa nossa ida para as instituições acaba prejudicando o movimento. Querendo ou não a gente perde o contato com a base. Se não tiver uma preocupação em formar novas lideranças o movimento se enfraquece. É ruim para as crianças de hoje da comunidade. Eles não tem mais contato com aquelas pessoas que defendiam as famílias. Eu vou no Sapê do Norte algumas vezes no ano. Até a imagem que as pessoas tem de mim muda.

E nesse contexto de desafios em função da ausência de um processo de formação de lideranças, a entrevistada relata a relação conflituosa da comunidade com o seu entorno, especialmente em função das áreas de plantio de eucalipto que envolve interesses de grandes grupos empresariais, relata também o impacto sobre as atividades produtivas das famílias, do impacto sobre a relação dos jovens com as atividades produtivas e com a própria comunidade.

Nunca fomos monoculturas, sempre tivemos vários tipos de plantações e atividades. [...] O problema é na região próxima aos eucaliptos, nessas regiões as comunidades ficam mais isoladas e dependente desse plantio.

Nas áreas próximas onde existem outros produtores existem também muita integração. Digamos assim, o branco faz o negro faz também. Tem mais cooperação. [...] Uma das coisas que eu me orgulho na comunidade do Sapê do Norte é a rica atividade cultural. Muito contato com os negros do Extremo Sul da Bahia.

O problema do jovem hoje é que ele sai para estudar e não volta mais. E quando volta ele não enxerga futuro ali onde ele nasceu. Ai ele prefere ficar na cidade.

Do ponto de vista associativo esse movimento de institucionalização de lideranças é uma ameaça à sobrevivência da própria associação. Do ponto de vista analítico essa questão guarda relação com a capacidade de renovação dos movimentos sociais, ao mesmo tempo é uma questão que precisa ser trabalhada para garantir a maior longevidade de atuação dos movimentos associativos.

Essa é outra característica importante identificada nas entrevistas e que foi tratada por Daniel CEFAÏ, sobre os desafios de sobrevivência dos movimentos associativos. Outro aspecto ainda em se tratando do desafio de liderar os interesses da comunidade, a relação entre as famílias carece de intermediação e negociação de maneira constante, em função das visões divergentes sobre as questões produtivas, sobre as pautas de reivindicação e sobre as perspectivas de futuro da própria comunidade. Novamente se percebe a discussão realizada por Daniel CEFAÏ sobre os desafios do associativismo.

Nem todas as famílias conseguem entender os objetivos do movimento. [...] Nem todos estão dispostos a seguir na mesma direção. [...] Existe todo o problema com a relação com o eucalipto, de entender que aquilo é extremamente prejudicial até mesmo com relação à saúde[...] Eu sempre digo que nós somos negros, mas a nossa cultura é branca. Quando eu falo do BEIJU, da mandioca.

Pensando na perspectiva de futuro, a entrevistada acredita que é preciso repensar o foco de atuação Quilombola, mudando a estratégia de priorizar o título da posse da terra, pois isso atrapalha o desenvolvimento das próprias famílias na comunidade. Contudo, para a entrevistada, essa reorientação estratégica não significa reduzir a força do movimento, mas redirecionar o foco da reivindicação.

É preciso repensar, tem que ter muito cuidado com isso. Como é que dá certo com o MST, que são lotes bem menores que eles recebem e consegue produzir e com a gente não anda? Eu sei que tem a questão cultural, essa questão das terras que a gente defende.

A gente não conseguiu chegar a lugar algum (no caso do Sapê do Norte). Continuam as famílias sofrendo, sem acesso à terra. Temos que ter a consciência e o pé no chão literalmente para repensar esse processo. E não ser uma intervenção de estudiosos, tem que ser a comunidade com a própria comunidade. Para decidir o que fazer.

A entrevistada finaliza se orgulhando da capacidade de representação social e de visibilidade que o Sapê do Norte conseguiu através do movimento Quilombola, servindo inclusive de referência para outros movimentos: Quebradeira de Coco, Fundo de Pasto, Pescadores Artesanais, os Caiçaras, e outros povos como os Ciganos e os Pomeranos. Com essa perspectiva a entrevistada chama a atenção para a importância da sua associação em estimular o aumento da participação política de outras comunidades e etnias.

Eu posso te passar todo esse mapeamento, dessas comunidades que passam a ter na gente essa referência. Quem leva os Pomeranos para participar a nível nacional é o Movimento Quilombola.

Abaixo segue uma relação entre as ações e resultados alcançados Movimento Quilombola Sapê do Norte com os critérios que definem a qualidade democrática guarda mais relação com a possibilidade de garantir as liberdades civis dos moradores da comunidade: (a) liberdade de expressão e de crença; (b) liberdade de organização e associação; (c) Estado de direito; (d) autonomia pessoal e os direitos individuais: todos esses indicadores estão contemplados na prática reivindicativa e utilizada pela comunidade do Sapê do Norte. Em outras palavras, os critérios que definem um país livre está garantida na medida em que segmentos específicos consegue lutar pelos seus direitos e liberdade civis diante dos poderes instituídos.

5.4 - Análise das entrevistas individuais em profundidade

Os estatutos das associações entrevistadas chamam a atenção para o perfil de serem: não governamentais, não terem vínculo político e partidário e, terceiro, não receberem verbas nem do setor público e nem do setor privado, o que garante a autonomia reivindicativa.

Essas três características ao mesmo tempo em que fazem parte do conceito jurídico de uma associação, afasta o associativismo dos critérios que definem a teoria deliberativa, que determina uma relação mais integrativa com o setor público. Pelas entrevistas realizadas o associativismo exige um grau de independência e de autonomia em suas ações que a deliberação (decidir junto com o poder público) não permite.

Por outro lado, a prática associativa encontra limites em sua esfera de atuação. Por exemplo, o Movimento ES em Ação ter decidido intervir no quadro político estadual não deu à associação o poder de determinar o vencedor no processo eleitoral. E ter contribuído com o Plano Estratégico do ES não deu ao ES em Ação autonomia para decidir sobre as decisões governamentais.

A primeira impressão deixada nas entrevistas é que as associações podem ser descritas como mecanismos de defesa ao regime democrático, funcionam de maneira independente e estão sempre prontas a atuar à medida que alguma ameaça ao sistema aparece: a Transparência Capixaba e o ES em Ação surgem no mesmo momento político e pelas mesmas razões, porém com objetivos institucionais diferentes. O Movimento Quilombola por sua vez surge para legitimar uma história e integrar na perspectiva cidadã um segmento social específico da sociedade.

As associações precisam de uma condição mínima de funcionamento, como por exemplo a legalidade das suas ações à partir de um modelo jurídico reconhecido e a possibilidade de auto funcionamento, ou seja, é necessária a independência financeira para garantir a autonomia das suas ações e um ordenamento jurídico que garanta a legalidade das suas reivindicações. Por isso o afastamento do setor público e dos seus arranjos institucionais.

Se comparadas com os critérios que definem a qualidade democrática (basicamente direitos civis e liberdade individual) as ações das instituições pesquisadas ora usam dos critérios que definem um país livre e democrático para reivindicar seus direitos. Por exemplo quando o ES em Ação utiliza o processo eleitoral para melhorar as práticas de governança pública no caso do ES em Ação; quando a Transparência Capixaba consegue aprovar documentos que permitem maior fiscalização sobre a utilização dos recursos públicos; quando o Sapê do Norte garante a condição de cidadão para os descendentes de negros escravos. E, ao mesmo tempo, são essas mesmas ações reivindicativas que fortalecem esses mesmos critérios que definem a qualidade democrática, na medida em que os poderes instituídos são levados a modificarem o *status quo* de funcionamento do sistema em função dos direitos conquistados por tais ações. As ações associativas ora são fortalecidas pelo *status quo* do regime político e ora acabam fortalecendo esse mesmo *status quo*, num movimento nem sempre simples de se observar, aparentemente contraditório, mas que faz sentido se pensarmos o regime democrático

enquanto processo, enquanto mecanismo vivo sempre em busca de melhorias. Assim nos parece ser a atuação do associativismo enquanto mecanismo de participação e de representação política. Uma prática reivindicatória em busca de direitos que possam garantir, em última análise, a própria manutenção do regime democrático.

Essa questão da representação política merece um parágrafo especial, na medida em que na gramática política atual a representação é atribuída a uma decisão eleitoral através do voto. Não obstante, a prática associativa é legitimada não necessariamente através do voto e sim respaldada na sua formação jurídica, garantida por lei na Constituição Federal.

Torna-se importante descrever essa relação entre participação e representação política através da prática associativa. Por um lado os entrevistados afirmam existir uma crise de representatividade no sistema político democrático e essa crise parece ser um dos pontos de atuação do associativismo, que seja trabalhar as questões de baixo para cima, tentando apoiar o sistema político e institucional na solução tanto das pequenas quanto das grandes questões. Por outro lado, a chancela jurídica e não eleitoral limita os poderes de atuação do associativismo, que precisa encontrar respaldo em ferramentas de negociação junto aos poderes instituídos para fazer valer as suas pautas de reivindicações.

Outro ponto da análise qualitativa é a relação direta entre a formação profissional e/ou social dos associados determinando o posicionamento e as ações da instituição. A atuação no planejamento e desenvolvimento econômico dos empresários e executivos do ES em Ação, as ações de fiscalização e de acompanhamento das contas públicas dos professores, profissionais liberais e funcionários públicos da Transparência Capixaba, e a luta por reconhecimento e inclusão cidadão das lideranças do Sapê do Norte.

Aparentemente óbvia, essa constatação permite projetar uma relação direta entre a complexidade da sociedade e a diferenciação das práticas associativas. Se o nível de especialização e de complexificação na sociedade civil aumenta, significa afirmar que as demandas sociais também aumentarão na mesma proporção, de acordo com a lógica da solidariedade orgânica citada por Emile

Durkheim. Dessa forma, a prática associativa continuará se realizando no movimento de baixo para cima, sendo cada vez mais segmentada e próxima da realidade das pessoas em sociedade e, por consequência, cada vez menos próxima dos poderes instituídos.

Essa análise, por mais superficial que possa parecer, é mais uma informação que demonstra o caráter dinâmico da prática associativa, ao mesmo tempo em que promove a discussão sobre a incapacidade do sistema representativo em provocar essa discussão por si.

Outro ponto convergente nas entrevistas é que apesar de todo esse contexto de crise institucional e especialmente de representatividade, o sentimento dos entrevistados é que as práticas de governança pública no que tange o funcionamento do setor público tem melhorado.

As entrevistas foram importantes na melhoria do entendimento sobre a visão do movimento associativo, assim como a sua postura diante dos poderes instituídos. O movimento associativo pesquisado se enxerga como uma instância de participação e de representação política local e os resultados das suas ações reforçam essa percepção.

Considerações finais

Essa dissertação procurou discutir o associativismo numa perspectiva de contribuição ao regime político democrático vigente. Procurou-se debater qual a importância do associativismo enquanto ferramenta de participação política, qual a representatividade social das associações e os exemplos de ações concretas do associativismo através de uma análise de dados secundários em nível nacional e de estudos de caso através de entrevistas individuais em profundidade junto à três associações com atuação no Espírito Santo.

À luz da perspectiva teórica apresentada nesta dissertação, é possível constatar que o modelo representativo é incompleto por não atender às demandas sociais atuais em todas as suas conexões, ao mesmo tempo em que o modelo participativo conta com exemplos de sucesso pontuais, porém limitadores de uma atuação mais universal para a sociedade.

As associações pesquisadas apresentaram exemplos concretos de mudança em alguma parte do setor governamental em função das suas respectivas ações, onde o ES em Ação cita o acompanhamento de um processo eleitoral como forma de reestabelecer o quadro de governança do poder político local. A Transparência Capixaba cita a presença da adoção de novas práticas governamentais para permitir o acesso irrestrito do cidadão comum a qualquer informação sobre os gastos públicos, atitude que levou a própria gestão pública a rever as suas práticas de gestão, possibilitando assim maior aproveitamento dos recursos públicos. A comunidade do Sapê do Norte fala do reconhecimento da cidadania do negro que mora nas comunidades Quilombolas, contando com repasses financeiros institucionais para as prefeituras onde as comunidades estão inseridas.

Esses três exemplos procuram evidenciar a utilidade do associativismo em ajudar no monitoramento das práticas do poder público institucionalizado, que não necessariamente precisam estar dentro do poder instituído para realizar tais práticas. Na verdade, o oposto parece estar claro na pesquisa, o fato de

estarem afastadas das instituições formais é o que permite a essas associações uma postura de reivindicação mais concreta.

Diante de toda a pesquisa realizada e com base na fundamentação teórica, é possível dizer que o associativismo se caracteriza por um movimento fortalecido pela Constituição de 1988. Segundo as informações disponibilizadas pelo IBGE, 80% das associações nascem à partir da década de 90, ou seja, com a implementação de todas aquelas alterações previstas na Constituição.

Uma característica do associativismo que pode ser discutida é o seu caráter heterogêneo de áreas de atuação, contatadas por um lado tanto pelas classificações do Estudo Fasfil quanto pelo perfil das associadas da ABONG, e por outro lado relação entre o perfil dos associados de cada movimento pesquisado nos estudos de caso e suas respectivas áreas de atuação. Essa questão parece acompanhar a complexidade da organização da vida em sociedade, também abordada pelos entrevistados, na medida em que existe uma superespecialização das atividades produtivas e um conjunto grande de segmentos sociais, especialmente nas áreas urbanas. A partir dessas relações sociais é que surgem demandas sociais não atendidas, demandas que acompanham essa complexidade e faz com que o associativismo tenha uma característica de descoordenação e se apresente com áreas de atuação muito heterogêneas. A ABONG é uma instituição que tem como objetivo ajudar a promover a coordenação do setor.

O associativismo pesquisado nos estudos de caso não se aproxima dos poderes instituídos para compartilhar decisões. Em alguns momentos as ações das associações tangenciam as instituições. Em outros momentos as associações pesquisadas cobram das instituições. Essas movimentações parecem indicar que as associações colaboram com as instituições, mas as associações não se integram às instituições formais dos poderes instituídos. As associações pesquisadas e o poder público não decidem juntos. Essa é

uma das características identificadas ao longo do estudo. As associações por definição jurídica, por prática ideológica e por posicionamento social, precisam ser autônomas com relação aos poderes constituídos. De acordo com os entrevistados a questão da atuação independente e autônoma são termos vitais para o funcionamento associativo. Isso tem impacto inclusive na manutenção das despesas das próprias associações. As associações alvo desse estudo não aceitam recursos de terceiros. Se mantêm com doações dos próprios associados, sem exceção. E não necessariamente essa relação de independência ocorre apenas com o poder constituído governamental. Um exemplo citado pelo ES em Ação é que a decisão pelo formato de associação foi para que aquele grupo de empresários não ficasse preso à verticalidade do sistema de Federação e Confederação da classe empresarial. Então essa é uma característica do associativismo, a exigência de não estar vinculado a nenhum poder. Isso é um critério para ser considerado como uma característica distintiva das ações de associação, que as diferencia das atuações das ONGS.

Do ponto de vista jurídico a associação pertence ao conceito de ONG, mas do ponto de vista de ação prática as associações pesquisadas possuem outra forma de relação com os poderes constituídos que as diferem das ações das ONGs. Essa é outra informação importante identificada no processo de pesquisa desta dissertação.

A pesquisa exploratória identificou que o associativismo apresenta níveis de atividade diferenciados entre as regiões do país. Através do indicador que relaciona o total da população com o número de associações em cada Estado, é possível, apesar dos limites do indicador, posicionar o Espírito Santo como um dos Estados mais atuantes do ponto de vista associativo, estando à frente da média nacional e da média da região Sudeste. Essa prática associativa é muito dispare entre as regiões e entre os Estados brasileiros. E informação é outra característica do setor identificado na pesquisa.

O associativismo tem o seu nascedouro na sociedade civil. Considerando as contribuições de José Murilo de Carvalho, o associativismo apresenta um movimento de formação de baixo para cima na sociedade. Diferente por exemplo da formação do Estado brasileiro, onde primeiro se organiza o Estado e depois se organiza a sociedade civil.

Os entrevistados indicam um movimento associativo pensado para ajudar na resolução de problemas e desta forma o utilizam como forma de poder político. A impressão deixada pelas entrevistas e pela análise exploratória é que as associações funcionam como um mecanismo de defesa da democracia. Uma vez que grupos da sociedade civil percebem que tem alguma parte da estrutura de poder que não funciona corretamente, especialmente o poder governamental, um movimento associativista é iniciado para colaborar com a tentativa de reduzir os problemas identificados. Como exemplo, tanto o ES em Ação quanto a Transparência Capixaba tiveram a sua origem, ou seja, foram concebidas em função da crise institucional que o Espírito Santo passou no período do final da década passada e início dessa década. Uma crise institucional envolvendo os três poderes e sobretudo envolvendo o poder Executivo na figura do então governador José Ignácio e o poder Legislativo, na figura do Presidente da Assembleia Deputado José Carlos Gratz e com consequências graves para o desenvolvimento econômico e social do estado. Isso dito pelos entrevistados e comprovado através de reportagens da época. Então, ambas associações tem origem para tentar ajudar na resolução dessa crise institucional grave no Espírito Santo.

Outra característica identificada na pesquisa realizada é que a associação ocorre num movimento autônomo. É um movimento de acompanhamento, de fiscalização e de contribuição com o poder instituído. Isso remete a uma postura cívica tratada por Boaventura Santos e por Leonardo Avritzer, leva ao conceito de responsabilidade cívica apresentada por Carole Pateman, ou seja, são grupos de interesses voltados para atender aos problemas públicos. Na medida em que esses grupos identificam um problema, os próprios grupos

encontram uma forma de solucionar ou ao menos de publicizar esses mesmos problemas. O entrevistado do ES em ação citou isso em sua entrevista como uma característica de formação da sociedade americana. O entrevistado da Transparência Capixaba colocou essa condição como fundamental para o funcionamento do regime democrático.

A análise empírica das informações permitiram identificar que o funcionamento da associação não necessariamente guarda vínculo direto com a questão social, no que se refere por exemplo distribuição de renda e redução das desigualdades sociais. As entrevistas realizadas indicam que o associativismo guarda vínculo com a questão de defesa de interesses. A Transparência Capixaba tem como objetivo evitar a corrupção. O ES em Ação tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social. Os Quilombolas querem que o reconhecimento se transforme em benefícios historicamente negados a eles. O associativismo não necessariamente nasce com o espírito de combater a desigualdade social. O associativismo também é motivado para colaborar na resolução dos problemas de funcionamento dos poderes instituídos, em outras palavras, um problema que o associativismo enxerga como uma ameaça direta para a sociedade.

Os resultados empíricos parecem evidenciar que o associativismo emerge na redemocratização do país, se multiplica sob a forma de demandas sociais e atua para combater os problemas de funcionamento dos poderes instituídos.

O associativismo estudado usa dos critérios democráticos de direito civil e de liberdade individual para garantir a sua pauta de reivindicações, ao mesmo tempo em que fortalece esses mesmos critérios dentro do regime político. Essa característica do associativismo leva a reflexão sobre um novo indicador da qualidade democrática, que seja quantitativamente o número de associações de natureza reivindicatória, suas áreas de atuação e as conquistas para a sociedade de tais ações e, do ponto de vista qualitativo, mensurar as razões pelas quais o associativismo nasce e se mantém tão vivo no seio da

sociedade, sendo conduzida por grupos de indivíduos das mais diversas formações profissionais e sociais.

Em função da metodologia de pesquisa adotada nessa dissertação (estudo exploratório e estudo de caso com ênfase em entrevistas individuais) todas as considerações realizadas nesse momento não possuem poder de generalização para o setor associativo. Ou seja, as informações não são conclusivas acerca do tema. Serão necessárias novas pesquisas dada a importância das informações levantadas.

Uma das questões de pesquisas que serão trabalhadas a posteriori é se o movimento associativo aconteceria mesmo se a representação institucional fosse aprovada. Em outras palavras, mesmo se a crise institucional que originou duas das associações entrevistadas não tivesse acontecido, o movimento associativo aconteceria independente da avaliação sobre o quadro político institucional?

Ademais é possível pensar numa agenda de pesquisa que tenha como objetivo investigar o perfil de formação dos associados; as áreas de atuação e as práticas associativas no Espírito Santo; a visão dos líderes das associações com relação à participação e representação política; identificar os principais gargalos na manutenção do associativismo e nas perspectivas futuras; identificar as oportunidades e ameaças ao associativismo, para ficar em alguns exemplos de questões pertinentes que surgiram ao longo da pesquisa desta dissertação.

Outra linha de pesquisa é a caracterização do setor, a partir de uma classificação das atividades que possam de fato diferenciar as associações de outras instituições não governamentais mas que possam, sobretudo, diferenciar as atividades dentro das próprias associações que tem como finalidade a defesa de algum interesse específico.

Outra contribuição do associativismo é a criação de um indicador de qualidade democrática que leve em consideração o tamanho, os ganhos e as motivações associativas no Brasil contemporâneo.

O objetivo desta dissertação foi colaborar para o debate sobre o associativismo, que se mostrou de suma importância para a melhoria da prática democrática. Todas as informações aqui descritas podem ser consideradas pressupostos para uma pesquisa acadêmica maior, tendo como linha de pesquisa o associativismo enquanto mecanismo de participação política.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Neuma (org.). Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ANSOFF, I. Implantando a Administração Estratégica. 2ª edição. Atlas: 1993.

AVRITZER, Leonardo. Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. (Capítulo 11)

_____. Um desenho institucional para o novo associativismo. Revista Lua Nova. Nº 39. 1997

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas. Papyrus: 1996.

BRELAZ, Gabriela. Os Desafios da Participação e da Representação: Uma Análise da Comissão de Legislação Participativa. Encontro de Administradores Públicos e Governança. 2008.

CEFAÏ, Daniel. Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niterói, RJ: EDUFF, 2011.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania – Tipos e Percursos. Estudos Históricos. Nº 18. 1996

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1998.

DAGNINO, E (organizadora) – Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAHL, Robert A.(1997). La poliarquía: participación y oposición, Colección de Ciencias Sociales, Serie Ciencia Política, Madrid: Tecnos

DURKHEIM, Émile. Da Divisão do Trabalho Social. Livraria Cultura: 2010.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 1994.

FERRAZ, Francisco. Brasil: A cultura política de uma democracia mal resolvida. 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. 8ª edição. Curitiba: Positivo, 2010.

FREEDOM HOUSE: <http://www.freedomhouse.org>

GUALBERTO, João G. M.A invenção do coronel. SPDC, UFES. 1995.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro (2013). Apontamentos sobre o conceito de qualidade da democracia. Revista Debates, v. 7, n. 1, p. 229-243.

HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade. 2000. Doze Lições.

_____.A nova intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar e o esgotamento das energias utópicas. Novos Estudos CEBRAP, n. 18, pp. 103-114, set. 1987.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, SP: Loyola, 2011.

HOLZNER, Claudio A. Voz y voto: participación política y calidad de la democracia en México. Revista América Latina Hoy, n. 45, p. 69-87. 2007.

IBGE: As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010. Rio de Janeiro, 2012.

LAGOS, Marta (2000). A máscara sorridente da América Latina. Revista Opinião Pública, v. 6, n. 1, p. 1-16

LAUTH, Hans-Joachim (2013). Critérios básicos para a democracia: é a responsividade parte de seu círculo íntimo? Revista Debates, v. 7, n. 1, p. 115-138.

LAVALLE, Adrian G. Cidadania Igualdade e Diferença. Revista Lua Nova. Nº 39. 2003.

LIMA, Gilson. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006, p. 136-181

LÜCHMANN, Ligia M. Modelos Contemporâneos De Democracia e o Papel Das Associações. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 43, p. 59-80, out. 2012.

_____.REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 20, Nº 43: 59-80 OUT. 2012

_____. Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre. Campinas, SP. 2002

_____. Impactos democráticos do associativismo: questões teóricas e metodológicas: Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes. Abril: 2013. UNESP

MACPHERSON, C. B. A democracia liberal: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARQUES de Sá, D A. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. Revista estudos avançados. v.15 (42) - 2001

MOISÉS, José Álvaro(2010). *A confiança e os seus efeitos sobre as instituições democráticas*. MOISÉS, José Álvaro(org.). Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: EDUSP.

_____. In Legitimidade e Qualidade da Democracia no Brasil. LAPOP.

Movimento Empresarial ES em Ação: <http://www.es-acao.org.br/>

Movimento Quilombola: <http://www.palmares.gov.br/>

PATEMAN, Carole (1992). *Rousseau, John Stuart Mill e G. D. H. Cole: uma teoria participativa da democracia*. PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática, São Paulo: Paz e Terra.

PIRES, V. MARTINELLI, C. ROMÃO, W. org. Participação Política no Brasil: ação coletiva e interfaces estatais. Cultura Acadêmica: 2014.

Programa do Mestrado em Sociologia 2015 – Pesquisa manifestação 16/08: www.npsa.com.br

RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. Cartografias de La Participación Entre Los Límites Del Liberalismo Y De La Democracia en Barcelona y São Paulo. Tese de Doutorado. 2012

SANTOS, Boaventura S. (org.) Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002

SCHUMPETER, Joseph (1984). Capitalismo, socialismo e democracia, Rio de Janeiro: Ed. Zahar

Secretaria de Cultura do Governo do ES: <http://www.secult.es.gov.br/>

TOCQUEVILLE, A. A democracia na América: leis e costumes. Martins Fontes. São Paulo: 2005.

Transparência Capixaba: <http://transparenciacapixaba.org.br/>

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL: www.tse.jus

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VITULLO, Gabriel. Representação política e democracia representativa são expressões inseparáveis? Elementos para uma teoria democrática pós-representativa e pós-liberal.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586 p.

_____. Metodologia das Ciências Sociais. Parte 1. 4ª edição. Cortez: 2001.

ZORZAL, Marta. SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.10, v.ún., Dezembro. 2011. Capítulo 13.

